

Quadragésima Quarta Reunião  
da Comissão Assessora para  
Assuntos Financeiros e  
Monetários  
10-12 de agosto de 2004  
Montevideu - Uruguai

ALADI/CAFM/XLIV/Relatório  
12 de agosto de 2004

RELATÓRIO DA QUADRAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO  
ASSESSORA PARA ASSUNTOS FINANCEIROS E MONETÁRIOS

A Comissão Assessora para Assuntos Financeiros e Monetários reuniu-se pela quadragésima quarta vez na cidade de Montevideu, Uruguai, de 10 a 12 de agosto de 2004, por convocação da Secretaria-Geral, após consultar os bancos centrais membros.

Na sessão de abertura, o Econ. Leonardo F. Mejía, Secretário-Geral Adjunto da ALADI, deu as boas-vindas aos participantes, mencionou a importância de suas deliberações e desejou-lhes sucesso.

A sessão de encerramento, na qual se aprovou este relatório, teve lugar no dia 12 de agosto de 2004.

A lista de participantes figura no Anexo 1.

I. AGENDA

1. Funcionamento do Sistema de Pagamentos no ano 2003 e no primeiro quadrimestre de 2004.
2. Análise e identificação de medidas que permitam o aperfeiçoamento e a adequação do Sistema de Pagamentos.
  - 2.1. Revisão da taxa de juros aplicada pelo Convênio de Pagamentos (Proposta do Banco Central da Bolívia).
  - 2.2. Proposta de modificação do Artigo 15 do Convênio de Pagamentos, relacionada à forma de adoção das Resoluções do Conselho (Proposta do Banco Central da Bolívia).
  - 2.3. Proposta de trabalho relativa a excessos nos limites bilaterais, taxas de juros, pagamentos antecipados e prazo de compensação (Banco da República da Colômbia).

3. SICAP/SICOF/SICOM.
  - 3.1. Relatório do Centro de Operações referente ao funcionamento da versão 5.3 do SICAP e à colocação em prática do SICOM.
  - 3.2. Aplicação de novas tecnologias ao SICAP/ALADI (Centro de Operações).
4. Trâmite de uma operação comercial por meio de crédito à exportação, com a exigência de emissão de promissórias globais como garantia da operação (Consulta do Banco Central da Venezuela).
5. Assuntos diversos.
  - 5.1. Apresentação do estudo sobre o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI, elaborado para a Corporação Andina de Fomento (CAF) pelo consultor Xavier Nogales.
  - 5.2. Apresentação da Bolsa de Mercadorias e Futuro (BM&F - Brasil).

## II. DOCUMENTOS

ALADI/CAFM/XLIV/di 1 (19 de julho de 2004)	AGENDA PROVISÓRIA
ALADI/SEC/di 1824 (23 de março de 2004)	1. Avaliação do Funcionamento do Sistema de Pagamentos no ano 2003.
ALADI/SEC/di 1840 (1º de junho de 2004)	Compensação Multilateral de Saldos: primeiro quadrimestre de 2004.
ALADI/CAFM/XLIV/di 2 (20 de julho de 2004)	SICAP/SICOF/SICOM: Relatório sobre o funcionamento e alternativas para aprimoramento.
ALADI/CAFM/XLIV/di 3 (20 de julho de 2004)	Trâmite de uma operação de comércio internacional por meio de crédito à exportação.
Documentos de trabalho do Banco Central da Bolívia (9 de julho de 2004)	Proposta de modificação do Artigo 15 do Convênio de Pagamentos, relacionada à forma de adoção das Resoluções do Conselho de Assuntos Financeiros e Monetários.  Taxa de juros aplicada às operações do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI.
Documentos de trabalho do Banco da República da Colômbia (30 de junho de 2004)	Excessos nos limites bilaterais, taxas de juros, pagamentos antecipados e prazo de compensação.

### III. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

#### 1. Funcionamento do Sistema de Pagamentos no ano 2003 e no primeiro quadrimestre de 2004

A Secretaria-Geral realizou a apresentação do tema e levou à consideração dos participantes os documentos ALADI/SEC/di 1824 e 1840, de 23 de março e 01 de junho deste ano, respectivamente, que apresentam os relatórios sobre a canalização das operações em 2003 e no primeiro quadrimestre de 2004.

No documento de avaliação do funcionamento do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos no ano passado destacam-se os aspectos mais relevantes, como o grau de compensação, as divisas transferidas, a taxa de juros, os montantes das linhas de crédito, as transferências antecipadas e, por último, a relação entre o comércio intra-regional e a canalização das operações.

A Secretaria-Geral informou que as operações totais cursadas voltaram a cair em relação aos anos anteriores. Entretanto, a partir do segundo período de 2003 essa queda começa a reverter-se e, concretamente, as cifras do primeiro quadrimestre de 2004 confirmam a tendência de crescimento, sobretudo em relação ao aumento produzido nas operações da Venezuela.

A Comissão Assessora tomou nota do relatório apresentado pela Secretaria-Geral.

#### 2. SICAP/SICOF/SICOM: Relatório sobre o funcionamento e alternativas para aprimoramento

A Secretaria-Geral levou à consideração das delegações o documento ALADI/CAFM/XLIV/di 2, informando sobre os ajustes e as correções requeridos pela nova versão do SICAP/SICOF/SICOM, considerando os comentários, as observações e os testes realizados pelo Centro de Operações em conjunto com os bancos centrais participantes.

No início, os bancos centrais comunicaram seus pontos de vista em relação ao assunto tratado no referido documento. Por sua vez, o Centro de Operações informou sobre os ajustes realizados ao Sistema, seguindo as propostas de estilo acordadas com os Centros Regionais para a colocação em funcionamento da versão 5.3 em abril deste ano.

Adicionalmente, o Centro de Operações apresentou uma proposta (Anexo 2) para aprimorar o sistema SICAP/SICOF/SICOM, aplicando as novas tecnologias existentes.

Destacou que as modificações propostas têm como objetivo melhorar o sistema SICAP/SICOF/SICOM quanto aos módulos de transferência de arquivos, correio eletrônico, comunicações, consultas e relatórios. Além disso, acrescenta novas funcionalidades, como a incorporação do manual do usuário on-line, a criação do manual de mensagens do sistema, a independência operacional do SICAP, do SICOF e do SICOM, e as verificações on-line das operações SICOF nos bancos de dados do Centro de Operações.

Tudo isso levaria aproximadamente 30 semanas para entrar totalmente em funcionamento. Apesar disso, e dado que essas melhorias são independentes, algumas poderiam ser operacionalizadas antes desse prazo.

Após discussão, a Comissão Assessora aprovou a proposta em termos gerais, e solicitou ao Centro de Operações que envie o projeto aos bancos centrais antes de 31 de agosto próximo, com um nível maior de detalhe sobre as modificações a serem introduzidas no Sistema SICAP/SICOF/SICOM. Os bancos centrais deverão manifestar-se até 30 de setembro do corrente, entendendo-se que aqueles que não o fizerem estão de acordo com o apresentado pelo Centro de Operações.

Este projeto deverá incluir detalhadamente todas as modificações, como prazos, políticas de segurança, cronogramas de testes, instruções, etc.

Finalmente, fez-se constar que esses trabalhos não representarão um custo adicional para os bancos centrais, sendo implementados por pessoal do Grupo de Suporte do COP.

A Comissão solicitou a inclusão de um processo que permita a geração automática de um informe sobre as diferenças entre as operações cursadas via SICOF e SICOM.

Além disso, a Comissão encomendou ao Centro de Operações que realize as mudanças necessárias nos programas do Sistema para cumprir o estabelecido no Artigo 2 do Regulamento do Convênio, de forma que o Sistema SICAP recuse a cobrança dos instrumentos até que receba a autorização por parte do outro banco central dos instrumentos registrados fora do prazo de 20 dias previsto nas normas.

### 3. Análise e identificação de medidas que permitam o aperfeiçoamento e a adequação do Sistema de Pagamentos.

Neste ponto a Secretaria-Geral fez uma breve exposição do assunto, assinalando os trabalhos que foram apresentados na última Comissão Assessora, assim como os que seriam tratados nesta oportunidade.

#### - **Revisão da taxa de juros aplicada pelo Convênio de Pagamentos**

O Banco Central da Bolívia apresentou um documento relacionado à taxa de juros aplicada às operações do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI.

Esse banco considera que um dos principais objetivos do Convênio, que é reduzir os fluxos internacionais de divisas entre seus membros, não está sendo alcançado porque a taxa de juros atualmente aplicada às operações cursadas pelo mecanismo (LIBOR a 4 meses mais 1%) é superior à taxa de rendimento do mercado monetário, no qual são investidas as reservas monetárias internacionais, o que resulta em um alto nível de pagamentos antecipados.

Em conseqüência disso, recomenda fixar a taxa de juros aplicável ao Convênio na LIBOR a 4 meses, sem margem alguma.

Em relação a esse assunto, também se considerou a proposta do Banco da República da Colômbia, que considera não ser conveniente modificar a taxa de juros, uma vez que estima que essa se encontra em um nível que permite a cada banco

central operar razoavelmente sem maiores dificuldades no âmbito do Convênio e, ainda, sugere combiná-la com outros elementos, como por exemplo, a diminuição do período de compensação.

Essa proposta não alcançou o número mínimo de votos requerido para elevar um projeto de recomendação ao Conselho de Assuntos Financeiros e Monetários, obtendo 7 votos a favor e 5 contra.

- **Proposta de modificação do Artigo 15 do Convênio de Pagamentos, relacionada à forma de adoção das Resoluções do Conselho**

O Banco Central da Bolívia apresentou um documento sobre a eventual modificação da norma atual do Convênio de Pagamentos, relacionada ao previsto no Artigo 15, que estabelece:

“As Resoluções serão adotadas com o voto afirmativo de, pelo menos, dois terços de seus integrantes presentes e desde que não haja voto negativo. A abstenção não significará voto negativo. A ausência no momento da votação será interpretada como abstenção.”

Ponderou que o mecanismo de votação atualmente vigente no Conselho poderia acarretar uma falta de validade e coerência no trabalho e nos acordos desenvolvidos no âmbito da Comissão Assessora.

Portanto, o Banco Central da Bolívia recomenda a seguinte modificação:

....

“As Resoluções serão adotadas com o voto afirmativo de, pelo menos, dois terços de seus integrantes presentes. A ausência no momento da votação será interpretada como abstenção.”

Após discussões e propostas alternativas de *quorum*, 6 delegações manifestaram-se a favor de flexibilizar a forma de adoção das resoluções no âmbito do Conselho, 3 votaram contra e foram registradas 3 abstenções.

As alternativas propostas consistiram na modificação do *quorum* para cinco sextos (5/6) dos presentes no Conselho; o Banco Central do Brasil sugeriu um sistema misto, mantendo os dois terços (2/3) atuais sempre e quando não tenha voto negativo, caso contrário, seriam aplicados os cinco sextos (5/6).

A Comissão Assessora registrou a proposta do Banco Central da Bolívia e estimou a necessidade de informar o Conselho de Assuntos Financeiros e Monetários para que se tenha uma definição a respeito.

- **Proposta de trabalho sobre os excessos dos limites bilaterais, taxas de juros, pagamentos antecipados e prazo de compensação.**

O Banco da República da Colômbia apresentou novo documento com informações adicionais às expostas por ocasião das duas últimas reuniões da Comissão Assessora e que estão relacionadas à exigibilidade imediata das somas que excedem os limites bilaterais de crédito, à taxa de juros, aos pagamentos antecipados e ao prazo de compensação.

i) Exigibilidade imediata das somas que excedem os limites bilaterais de crédito

Levando em conta os avanços registrados com relação a este assunto na última reunião da CAFM, o Banco da República reiterou sua proposta, acrescentando os artigos que deveriam ser modificados no Convênio e no Regulamento.

Ratificou que a proposta visa a mitigar o risco derivado da acumulação de saldos por parte de um banco central credor que decida não tornar exigível a cobrança do saldo a seu favor por considerações de caráter financeiro, o que motiva o banco central devedor a incrementar seu financiamento por meio do Convênio, aumentando a acumulação do valor a liquidar no encerramento do período e, por conseguinte, o risco sistêmico no caso de inadimplência.

A fim de levar a cabo esta tarefa, a Comissão Assessora solicitou ao Centro de Operações que incorpore aos programas respectivos do SICAP o montante das linhas de crédito de cada país e o saldo resultante, e que, quando se produza um excesso na linha de crédito, o sistema gere um aviso, informando o banco central devedor e o banco central credor sobre o excesso produzido. Ao término dos 5 dias mencionados no Artigo 23 do Convênio, o banco central credor comunicará aos demais bancos centrais essa situação.

Por sua vez, a Secretaria-Geral deverá levar ao conhecimento do Centro de Operações, por meio de uma nova opção que o Centro criará no Sistema SICAP da Secretaria-Geral, o montante das linhas de crédito recíprocas vigentes entre os bancos centrais. Quando ocorram modificações nas mesmas, os bancos centrais informarão à Secretaria-Geral, com tempo suficiente, indicando o montante e a data de vigência, a fim de dar cumprimento ao disposto anteriormente.

Após discussão, a Comissão Assessora apoiou majoritariamente esta proposta (9 votos a favor, 2 contra e 1 abstenção), sugerindo que seja elevado ao Conselho de Assuntos Financeiros e Monetários o seguinte projeto de recomendação:

RECOMENDAÇÃO:

1. Modificar os textos do Convênio de Pagamentos e do Regulamento, de acordo com o que segue:

**CONVÊNIO DE PAGAMENTOS E CRÉDITOS RECÍPROCOS**

...

CONVÊM em modificar o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI segundo os artigos consignados abaixo, em que se denominará:

...

**"Linha(s) de crédito":** As linhas de crédito recíproco estabelecidas entre si por pares de "bancos centrais" para possibilitar o pagamento diferido do saldo dos "débitos" das "contas" realizadas entre eles.

...

**Artigo 21** - Para os efeitos do "Convênio", os "bancos centrais" poderão outorgar-se "linhas de crédito" pela importância que, de comum acordo, estabeleçam.

...

### **Liquidações antecipadas**

**Artigo 23** - Qualquer excesso sobre o limite da "linha de crédito" deverá ser pago pelo "banco central" devedor ao "banco central" credor dentro dos cinco (5) dias úteis após ter-se produzido o excesso referido, mediante "transferência" ou através do sistema previsto no Artigo 25 do "Convênio", caso em que se deverá indicar, na mesma data, as possibilidades existentes de cessão multilateral de crédito, quando a situação de excesso se apresentar até dez (10) dias antes do encerramento do "período".

Se o excesso da "linha de crédito" se apresentar após esse prazo de dez (10) dias antes do encerramento do "período", tal excedente será pago por meio de "compensação".

Em caso de inadimplência de um "Programa Automático de Pagamento" não corresponderá o pagamento dos excessos das "linhas de crédito" ou o uso multilateral de margens de "linha de crédito" estabelecido pelo Artigo 25, ao "banco central" com "Programa Automático de Pagamento" não cumprido aos demais "bancos centrais", ou vice-versa, enquanto aquela circunstância se mantiver.

**Artigo 24** - Em qualquer oportunidade cada "banco central" devedor poderá efetuar pagamentos ao "banco central" credor, sobre a posição bilateral do dia anterior, de forma parcial ou sem superar o total do mesmo, por meio de "transferência", e desde que o faça até cinco (5) dias antes da data de encerramento do "período".

...

### **Ampliação, diminuição e revogação da "linha de crédito"**

Artigo 27 - Cada "banco central" poderá solicitar a outro, por escrito, a ampliação ou diminuição da importância da "linha de crédito".

Qualquer "banco central" poderá revogar a "linha de crédito" outorgada a outro "banco central", o que será efetivado dez (10) dias após a data em que se realize a comunicação pertinente. Os pagamentos correspondentes aos "débitos" de "instrumentos" emitidos ao amparo do "Convênio" durante a vigência da "linha de crédito" continuarão sujeitos às disposições do Título Terceiro do "Convênio".

...

## **REGULAMENTO DO CONVÊNIO DE PAGAMENTOS E CRÉDITOS RECÍPROCOS**

### Artigo 1 - "Linha de crédito"

A "linha de crédito" e suas modificações serão formalizadas com o intercâmbio de comunicações escritas entre pares de "bancos centrais" nas quais se indicará: o montante da "linha de crédito" e a data de entrada em vigor.

No caso de revogação, o "banco central" deverá comunicá-la ao "banco central" de que se trate.

Os "bancos centrais" deverão informar à "Secretaria" o estabelecimento, ampliação, diminuição e revogação da "linha de crédito", e esta, por sua vez, o comunicará aos demais "membros" e ao "Centro de Operações" no primeiro dia útil após o recebimento da comunicação.

...

2. Solicitar ao Centro de Operações que realize prioritariamente as modificações necessárias no Sistema SICAP/SICOF/SICOM.
3. Esta modificação entrará em vigor a partir do primeiro período de compensação após sua aprovação.

ii) Redução da exposição ao risco pelo estabelecimento de períodos de compensação mais curtos

O Banco da República apresentou uma proposta diferente da última CAFM, propondo modificar o período de compensação multilateral de quatro (4) meses, conforme o previsto no Regulamento do Convênio, para um (1) mês, para diminuir a exposição ao risco de crédito e regulamentar os altos montantes das transferências antecipadas que se realizam atualmente.

Esta proposta, como já foi dito, relaciona-se à administração e à determinação da taxa de juros.

A Comissão Assessora decidiu por maioria (9 votos a favor e 3 contra) manter o período atual de quatro meses de compensação multilateral.

iii) Pagamentos antecipados

A Comissão Assessora concordou que os bancos centrais, ao efetuarem um pagamento antecipado, devem comunicar previamente ao banco credor as datas e o valor do pagamento e dos saldos considerados.

4. Trâmite de uma operação comercial através de crédito à exportação, com exigência de emissão de promissórias globais como garantia da operação

Em referência a este assunto, a Secretaria-Geral apresentou o documento ALADI/CAFM/ XLIV/di 3, relacionado à consulta do Banco Central da Venezuela, em que solicita parecer desta Secretaria-Geral para uma correta interpretação das normas do Convênio.

Assim, esse banco assinalou que a referida operação tem como base:

- a instituição autorizada do país exportador exige, para assegurar o cumprimento das obrigações financeiras, a emissão de três promissórias globais, equivalentes ao valor da exportação dos equipamentos e dos serviços relacionados à instalação dos bens;
- essas promissórias, ao terminar o período de importação de bens e serviços, seriam substituídas por uma série de promissórias equivalentes à soma total da operação comercial e seus respectivos juros, as quais terão vencimentos semestrais e prazos de pagamento de até dez anos.

Por sua vez, a Secretaria-Geral informou que analisou o tema, fazendo um levantamento de todos os assuntos similares tratados tanto no âmbito da Comissão Assessora para Assuntos Monetários da ALALC, quanto nas reuniões da atual CAFM, bem como nas normas do Convênio. Além disso, considerou conveniente, diante da complexidade do tema, solicitar à Assessoria Jurídica da ALADI um parecer jurídico.

A Assessoria Jurídica entendeu, após avaliar os antecedentes da matéria, e as normas que regulam o Convênio de Pagamentos, incluindo as atribuições e faculdades dos órgãos previstos no referido Convênio, que a operação descrita poderia ser enquadrada nas normas do Convênio se estivesse relacionada efetivamente em sua totalidade a uma operação de comércio. Nesse sentido, deve-se recordar que o Artigo 2º do Convênio proíbe cursar operações financeiras puras, entendidas aqui como aquelas que implicam uma transferência de fundos não relacionada a uma operação de comércio. Como isso poderia ser questionado na referida operação, entende-se ser conveniente que a Comissão Assessora, como órgão técnico-assessor do Convênio, pronuncie-se sobre a natureza dessa operação.

Por sua vez, o Banco Central da Venezuela forneceu elementos adicionais aos indicados na consulta mencionada, relacionados à operação.

O Banco Central do Chile esclareceu que a operação descrita não é uma operação de caráter comercial, que ao substituírem-se os instrumentos, não se dá cumprimento ao Artigo 11 do Convênio e que as promissórias de garantia não são instrumentos autorizados por este sistema de pagamentos.

Além disso, fez notar que, no caso de inadimplência na compensação multilateral, a reformulação dos saldos só pode realizar-se se os bancos centrais cumprirem as disposições do Convênio.

Outros delegados consideraram que a operação descrita pelo Banco Central da Venezuela é uma operação comercial.

## 5. Assuntos diversos

- Um banco central manifestou que, independentemente do projeto de recomendação a ser elevado ao Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários, referente à exigibilidade imediata das somas que excedam os limites bilaterais de crédito (proposta do Banco da República da Colômbia), deve-se levar em consideração que as normas atuais do Convênio não prevêm o que ocorre quando o banco central devedor não cumpre o estabelecido pelo Artigo 23.

Nesse caso, considera que o Artigo 28, referente à interrupção do uso das linhas de crédito deveria ser complementado ou deveria ser incorporado um novo artigo, estabelecendo que não podem ser cursados pelo Convênio novos instrumentos emitidos ou avalizados pelas instituições autorizadas do país devedor para o país credor até que aquele regularize sua situação.

Esta proposta não alcançou o número mínimo de votos requerido para elevar um projeto de recomendação ao Conselho de Assuntos Financeiros e Monetários, tendo obtido 7 votos a favor, 1 contra e 4 abstenções.

- A Comissão Assessora concordou em realizar uma avaliação, durante este ano, do funcionamento, dos procedimentos, dos riscos operacionais e dos programas

que integram o SICAP/ALADI. Para tanto, um grupo de técnicos dos bancos centrais visitará o Centro de Operações, devendo redigir um relatório a respeito.

Dessa forma, solicitou-se que a Secretaria-Geral realizasse as gestões necessárias junto ao Banco Central de Reserva do Peru.

- Apresentação do estudo sobre o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI, preparado para a Corporação Andina de Fomento (CAF) pelo consultor Xavier Nogales

Considerando a resolução da XLIII CAFM, de incorporar o estudo a esta reunião deste órgão assessor, a Secretaria-Geral realizou as gestões pertinentes junto às autoridades da Corporação Andina de Fomento (CAF) para que o Sr. Xavier Nogales faça a apresentação (Anexo 3).

O estudo foi encomendado à CAF, em função do mandato emanado da Declaração de Ministros das Relações Exteriores e Comércio na II Reunião de Presidentes da América do Sul, celebrada em Guayaquil, Equador, em agosto de 2002, e do estabelecido na XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL, em sessão conjunta com os países-membros da Comunidade Andina de Nações, em Brasília, em dezembro de 2002.

O documento faz referência, entre outros aspectos, à história do Convênio de Pagamentos, a seus objetivos, seus componentes, suas garantias, sua evolução, seus benefícios e inconvenientes, as cartas orgânicas, à quebra de um banco comercial, etc., e destaca a figura do fideicomisso como instrumento de garantia (chamando de patrimônios autônomos ou cessões de carteira).

A Comissão Assessora agradeceu ao Sr. Nogales a apresentação realizada.

- Apresentação da Bolsa de Mercadorias e Futuro (BM&F-Brasil) e do Mercado a Término de Rosário S.A. (ROFEX-Argentina)

A Secretaria-Geral consultou os bancos centrais quanto à apresentação, como contribuição às distintas atividades no âmbito da CAFM, de delegados da Bolsa de Mercadorias e Futuro (BM&F) do Brasil, da ROFEX (Mercado a Término de Rosário S.A.) e da Argentina Clearing House S.A., ambos da Argentina, uma vez que essas organizações, em conjunto com o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID), encontram-se trabalhando em ações e iniciativas para avaliar a criação de uma Câmara de Compensação Regional (Anexo 4).

A Comissão Assessora agradeceu as apresentações realizadas e tomou nota dos avanços registrados nesses assuntos.

Por sua vez, a BM&F convidou os bancos centrais interessados a visitar suas instalações e conhecer e aprofundar os aspectos relacionados ao *clearing* de câmbio, de ativos, os estudos para a criação da Câmara Inter-Americana de Compensações (CICOM) e outras áreas.

- O Banco Central da Venezuela ofereceu-se para sediar a reunião da Comissão Assessora de 2005. As demais delegações aceitaram a proposta, agradecendo o convite.

- A Secretaria-Geral informou sobre a próxima reunião de Governadores e sobre o escasso tempo para a coordenação de todos os aspectos relativos à reunião do Conselho de Assuntos Financeiros e Monetários. Após rápida troca de opiniões entre os participantes, e por sugestão da Secretaria-Geral, a Comissão Assessora estimou conveniente que este relatório seja considerado por ocasião da primeira reunião do Conselho do próximo ano.

---



ANEXO 1

**LISTA DE PARTICIPANTES**

ARGENTINA

MARÍA CRISTINA PASIN

Chefe de Relações Internacionais  
Banco Central de la República Argentina  
Reconquista 266, 1003 Buenos Aires  
Telefone: (5411) 4348 3604; Fax: (5411) 4348 3931  
E-mail: [mpasin@bcra.gov.ar](mailto:mpasin@bcra.gov.ar)

OSCAR H. BELLANTE

Chefe do Departamento de Transferências de Divisas  
Banco Central de la República Argentina  
Reconquista 266, 1003 Buenos Aires  
Telefone: (5411) 4348 3691 / 3748; Fax: (5411) 4348 3934  
E-mail: [obellante@bcra.gov.ar](mailto:obellante@bcra.gov.ar)

BOLÍVIA

DAVID ESPINOZA TORRICO

Gerente de Operações Internacionais  
Banco Central de Bolivia  
Calle Ayacucho Esquina Mercado, La Paz  
Telefone: (5912) 240 9090; Fax: (5912) 240 7576  
E-mail: [gai@bcb.gov.bo](mailto:gai@bcb.gov.bo)

FRANCISCO LECOÑA LUQUE

Chefe do Departamento de Operações Cambiárias e Convênios  
Banco Central de Bolivia  
Calle Ayacucho esquina Mercado, La Paz  
Telefone: (5912) 240 9090; Fax: (5912) 240 7600  
E-mail: [flecona@bcb.gov.bo](mailto:flecona@bcb.gov.bo)

BRASIL

MÁRCIO ANTÔNIO ESTRELA

Coordenador, Departamento de Relações Internacionais, DERIN  
Banco Central do Brasil  
SBS - Quadra 03, Bloco B, Asa Sul. CEP 70074-900 - Brasília, D.F.  
Telefone: (5561) 414 1930; Fax: (5561) 414 1864  
E-mail: [estrela@bcb.gov.br](mailto:estrela@bcb.gov.br)

LEONARDO BORBA NEIRA

Consultor  
Banco Central do Brasil  
SBS - Quadra 03, Bloco B, Asa Sul. CEP 70074-900 - Brasília, D.F.  
Telefone: (5561) 414 2250; Fax: (5561) 414 3770  
E-mail: [leo.neira@bcb.gov.br](mailto:leo.neira@bcb.gov.br)

## COLÔMBIA

FRANCISCO GUZMÁN GONZÁLEZ

Diretor do Departamento de Intercâmbios Internacionais  
Banco de la República  
Carrera 7a. N° 14-78, Of. 205, Bogotá, D.C  
Telefone: (571) 343 0507; Fax: (571) 282 7010  
E-mail: [fguzmago@banrep.gov.co](mailto:fguzmago@banrep.gov.co)

## CHILE

JOSÉ MIGUEL VILLENA MARTÍNEZ

Chefe do Departamento de Operações Comércio Exterior e Câmbio  
Banco Central de Chile  
Agustinas 1180, Santiago  
Telefone: (562) 670 2746; Fax: (562) 670 2414  
E-mail: [jvillena@bcentral.cl](mailto:jvillena@bcentral.cl)

## EQUADOR

JAIME AGUIRRE VALDIVIESO

Diretor-Geral Bancário  
Banco Central del Ecuador  
Av. 10 de Agosto y Atahualpa, Edificio Banco Central del Ecuador, Quito  
Telefone: (5932) 2255777; Fax: (5932) 2439895  
E-mail: [jfaguirre@uio.bce.fin.ec](mailto:jfaguirre@uio.bce.fin.ec)

## MÉXICO

NORMA J. CASTRO ROA

Sub-Gerente de Contabilidade de Operações Internacionais  
Banco de México  
Av. 5 de Mayo N° 2, Col. Centro, 06059 México, D.F.  
Telefone: (52) 55 – 5237 2090; Fax: (52) 55 - 5237 2150  
E-mail: [ncastro@banxico.org.mx](mailto:ncastro@banxico.org.mx)

## PARAGUAI

MARTHA BEATRIZ CASSIGNOL DE RUSSO

Chefe Divisão Convênios Internacionais  
Banco Central del Paraguay  
Federación Rusa y Sto. Marecos, Asunción  
Telefone: (59521) 608140 - 6192011; Fax: (59521) 608140  
E-mail: [mcrusso@bcp.gov.py](mailto:mcrusso@bcp.gov.py)

## PERU

JUAN EUGENIO ALVAREZ CHANG

Assistente, Departamento ALADI  
Banco Central de Reserva del Perú  
Jr. Miró Quesada 441, Lima 1  
Telefone: (511) 426 7951; Fax: (511) 426 6572  
E-mail: [jalvarez@bcprp.gob.pe](mailto:jalvarez@bcprp.gob.pe)

## URUGUAI

CARLOS ALBERTO MORÁS NÚÑEZ

Chefe da Unidade Convênios  
Banco Central del Uruguay  
Av. J.P. Fabini 777, C.P. 11100, Montevideú  
Telefone: (5982) 9086325 - 9023602; Fax: (5982) 9022531  
E-mail: [cmoras@bcu.gub.uy](mailto:cmoras@bcu.gub.uy)

JORGE GEORGIEFF OBREGÓN

Administrativo I, Departamento Convênios Internacionais  
Banco Central del Uruguay  
Av. J.P. Fabini 777, C.P. 11100, Montevideú  
Telefone: (5982) 1967-1119; Fax: (5982) 9022531  
E-mail: [georgief@bcu.gub.uy](mailto:georgief@bcu.gub.uy)

ROSANA GONZÁLEZ CETINIC

Administrativo II  
Banco Central del Uruguay  
Av. J.P. Fabini 777, C.P. 11100, Montevideú  
Telefone: (5982) 1967 - 1126  
E-mail: [rosanag@bcu.gub.uy](mailto:rosanag@bcu.gub.uy)

## VENEZUELA

JESUS LEONARDO ARVELO CARDOZO

Gerente de Obrigações Internacionais  
Banco Central de Venezuela  
Av. Urdaneta esquina Carmelitas, Edificio Sede, Caracas  
Telefone: (58-212) 801 8954 / 8947; Fax: (58-212) 801 8703  
E-mail: [jarvelo@bcv.org.ve](mailto:jarvelo@bcv.org.ve)

LUISA VISO GARCÍA

Consultor Jurídico Adjunto para Assuntos Financeiros  
Banco Central de Venezuela, Av. Urdaneta esquina Carmelitas, Torre Financiera,  
piso 3, Caracas 1010  
Telefone: (58-212) 801 5142 / 5025; Fax: (58-212) 801 5125  
E-mail: [lviso@bcv.org.ve](mailto:lviso@bcv.org.ve)

JUDITH OVALLES

Chefe da Divisão de Apoio Administrativo de Convênios Internacionais  
Banco Central de Venezuela  
Av. Urdaneta esquina Carmelitas, Torre Financiera, piso 3, Caracas 1010  
Telefone: (58-212) 801 8141; Fax: (58-212) 801 5504  
E-mail: [jovalles@bcv.org.ve](mailto:jovalles@bcv.org.ve)

## REPÚBLICA DOMINICANA

LUIS DARÍO TERRERO MÉNDEZ

Economista  
Banco Central de la República Dominicana  
Calle Pedro Henríquez Ureña esq. Leopoldo Navarro, Santo Domingo  
Telefone: (809) 221-9111 ramal 3176; Fax: (809) 686-7793  
E-mail: [l.terrero@bancentral.gov.do](mailto:l.terrero@bancentral.gov.do)

## CENTRO DE OPERAÇÕES

JUAN CARLOS GUIBOVICH DONGO  
Assistente I, Centro de Operações  
Banco Central de Reserva del Perú  
Jr. Miró Quesada 441, Lima  
Telefone: (51-1) 3428 1018  
E-mail: [jguibovich@bcrp.gob.pe](mailto:jguibovich@bcrp.gob.pe)

## OBSERVADORES

MARÍA CRISTINA FERRAZ ALVES  
Segunda Secretária  
Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL  
Andes 1365, 6º piso, Montevideu  
Telefone: (5982) 902 0777  
E-mail: [cferraz@brasaladi.org.uy](mailto:cferraz@brasaladi.org.uy)

LUIZ AUGUSTO FERREIRA MARFIL  
Terceiro Secretário  
Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL  
Andes 1365, 6º piso, Montevideu  
Telefone: (5982) 902 0777  
E-mail: [marfil@brasaladi.org.uy](mailto:marfil@brasaladi.org.uy)

## CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO

XAVIER NOGALES ITURRI  
Consultor Internacional  
Casilla 5240; La Paz, Bolívia  
Telefone: (591-2) 2722808; Fax (591-2) 2721145  
E-mail: [asesoria@entelnet.bo](mailto:asesoria@entelnet.bo), [xnogales@bolivia.com](mailto:xnogales@bolivia.com)

## BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

FELIPE GÓMEZ-ACEBO  
Especialista Financeiro, Divisão de Finanças e Infra-Estrutura Básica 1  
1300 New York Avenue, N.W. Washington, DC 20577  
Telefone: (202) 623 1135; Fax: (202) 623 1428  
E-mail: [felipe@iadb.org](mailto:felipe@iadb.org)

## BOLSA DE MERCADORIAS & FUTUROS

ISNEY MANOEL RODRIGUES  
Diretor da Câmara de Câmbio  
Praça Antonio Prado, 48, CP 01010-901-São Paulo, SP  
Telefone: (11) 31119-2317; Fax: (11) 31011700  
E-mail: [isney@bmf.com.br](mailto:isney@bmf.com.br)

ROFEX - ARGENTINA CLEARING HOUSE S.A.

DIEGO FERNÁNDEZ

Gerente-Geral

Paraguay 777, Piso 15, S2000CV0, Rosario

Telefone: (54341) 528 9900/16; Fax: (54341) 410 8028

E-mail: [df@argentinaclearing.com.ar](mailto:df@argentinaclearing.com.ar)

SECRETARIA-GERAL

LEONARDO F. MEJÍA

Secretário-Geral Adjunto

ALADI

Cebollatí 1461, C.P.11200, Montevideú, Uruguai

Telefone: (5982) 418-3555; Fax: (5982) 419-4372

E-mail: [lemejia@aladi.org](mailto:lemejia@aladi.org), [sgaladi@aladi.org](mailto:sgaladi@aladi.org)

MIGUEL ROGNONI

Técnico 2, Cooperação Financeira e Monetária

ALADI

Cebollatí 1461, C.P.11200, Montevideú, Uruguai

Telefone: (5982) 410-1121 ramal 248; Fax: (5982) 419-0649, 419-4372

E-mail: [mrognoni@aladi.org](mailto:mrognoni@aladi.org), [sgaladi@aladi.org](mailto:sgaladi@aladi.org)

VERONICA-ANN ROSSI

Assistente Técnico 2, Departamento de Promoção Setorial

ALADI

Cebollatí 1461, C.P. 11200, Montevideú, Uruguai

Telefone (5982) 4197141 / 410-1121 ramal 242; Fax: (5982) 419-0649, 419-4372

E-mail: [vrossi@aladi.org](mailto:vrossi@aladi.org), [sgaladi@aladi.org](mailto:sgaladi@aladi.org)



ANEXO 2

**CENTRO DE OPERAÇÕES - PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO  
SICAP/ALADI**



# APLICACIÓN DE NUEVAS TECNOLOGIAS

## SICAP ALADI

XI IV REUNION ASISDORA  
GRUPO DE SOPORTE - CENTRO DE OPERACIONES  
GERENCIA DE SISTEMAS - BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERU  
MONTEVIDEO, AGOSTO 2004

CONTINUAR

### GESTION

#### SICAP

CUENTAS "A"

CUENTAS "B"

#### SICOF

DERECHOS  
DE COBRO

COMPROMISOS  
DE PAGO

#### SICOM

IMPORTACION

EXPORTACION

I.F.A.

### COMPLEMENTARIOS

TRANSFER

PROCESOS  
POR LOTES

SEGURIDAD

CORREO  
ELECTRONICO

COMUNICA

LISTAS DE  
EJECUCION

MENU

API'S  
WINBATCh

XI IV REUNION ASISDORA  
GRUPO DE SOPORTE - CENTRO DE OPERACIONES  
GERENCIA DE SISTEMAS - BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERU  
MONTEVIDEO, AGOSTO 2004

CONTINUAR

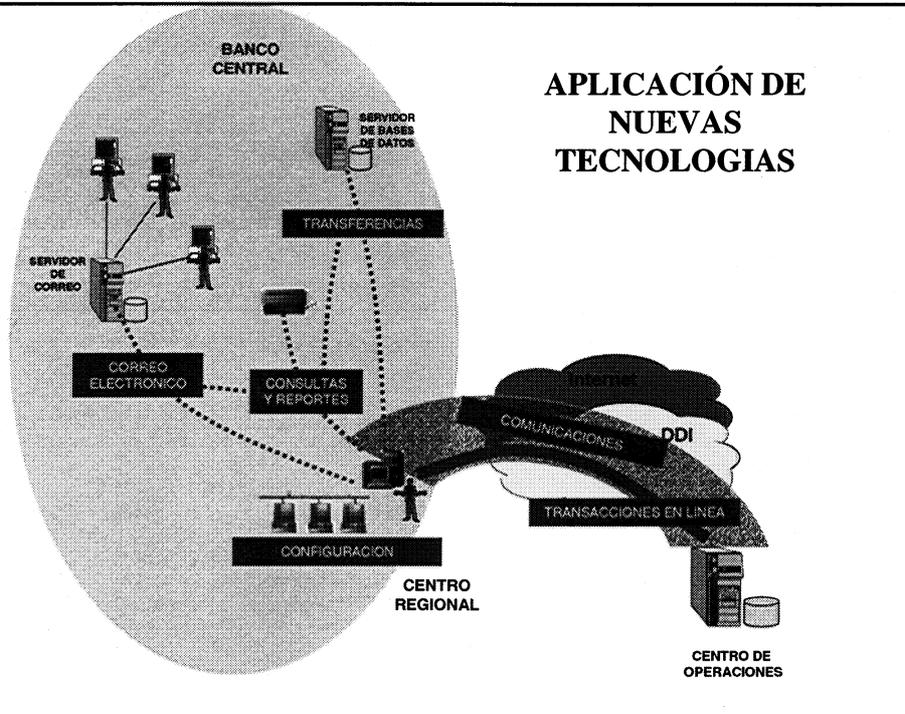
## Módulos SICAP/ALADI

TRANSFERENCIAS	CONSULTAS Y REPORTES
CORREO ELECTRONICO	SISTEMA DE AYUDA
COMUNICACIONES	MENSAJES DEL SISTEMA
TRANSACCIONES EN LINEA	CONFIGURACION

SEIN REUNION AGESERA  
GRUPO DE SOPORTE - CENTRO DE OPERACIONES  
GERENCIA DE SISTEMAS - BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERU  
MIRAFLORES, AGOSTO 2004

VOLVER

## APLICACIÓN DE NUEVAS TECNOLOGIAS



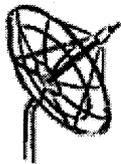
## Desarrollo e Implantación

Módulo	Semanas
Comunicaciones	3
Correo Electrónico	3
Transferencias	4
Transacciones en Línea	6
Configuración del Sistema	15
Mensajes del Sistema	20
Consultas y Reportes	24
Sistema de Ayuda	30

REUNION ASESORA  
GRUPO DE SOPORTE - CENTRO DE OPERACIONES  
GERENCIA DE SISTEMAS - BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERU  
MONTEVIDEO, AGOSTO 2004

VOLVER

## INNOVACIONES TECNOLOGICAS GERENCIA DE SISTEMAS BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERU



REUNION ASESORA  
GRUPO DE SOPORTE - CENTRO DE OPERACIONES  
GERENCIA DE SISTEMAS - BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERU  
MONTEVIDEO, AGOSTO 2004

VOLVER

## OBJETIVOS

Nueva Plataforma Corporativa BCRP  
cumpliendo las condiciones de:

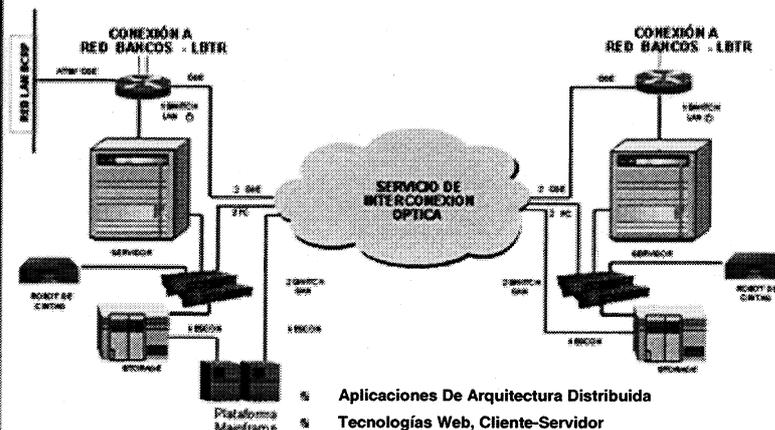
- ✓ Disponibilidad
- ✓ Contingencia
- ✓ Productividad
- ✓ Ahorro
- ✓ Seguridad



ALIV REINER ASESORA  
GRUPO DE SOPORTE - CENTRO DE OPERACIONES  
GERENCIA DE SISTEMAS - BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERU  
MONTEVIDEO, AGOSTO 2004

VOLVER

## Arquitectura de la Nueva Plataforma



- % Aplicaciones De Arquitectura Distribuida
- % Tecnologías Web, Cliente-Servidor
- % Apoyo a la Toma de Decisiones
- % Inteligencia de Negocios
- % Servidores de Aplicaciones y de Bases de Datos
- % Servidores Auto-Contingentes
- % Centro de Cómputo "espejo" como respaldo

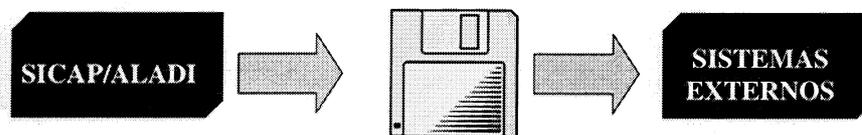
ALIV REINER ASESORA  
GRUPO DE SOPORTE - CENTRO DE OPERACIONES  
GERENCIA DE SISTEMAS - BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERU  
MONTEVIDEO, AGOSTO 2004

SALIR

## Transferencia De Archivos

### ALCANCE ACTUAL

El SICAP/ALADI obtiene y entrega información a los Sistemas Externos por medio de archivos planos o texto.



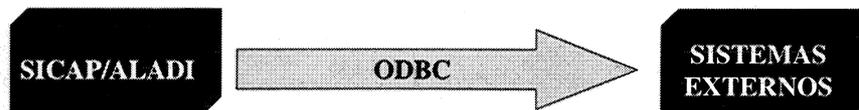
XIV REUNIÓN ASESORA  
GRUPO DE SOPORTE - CENTRO DE OPERACIONES  
GERENCIA DE SISTEMAS - BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERÚ  
MONTEVIDEO, AGOSTO 2004

VOLVER

## Transferencia De Archivos

### PROPUESTA

- Inclusión de medios alternativos:
  - Bases de Datos: Informix, Oracle, SQLServer, Access, DB2, Dbase, Foxpro, etc
  - Hojas electrónicas: Excel, Lotus, etc
  - XML
- Sin costos adicionales de implementación



XIV REUNIÓN ASESORA  
GRUPO DE SOPORTE - CENTRO DE OPERACIONES  
GERENCIA DE SISTEMAS - BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERÚ  
MONTEVIDEO, AGOSTO 2004

VOLVER

# COMUNICACIONES

## ALCANCE ACTUAL

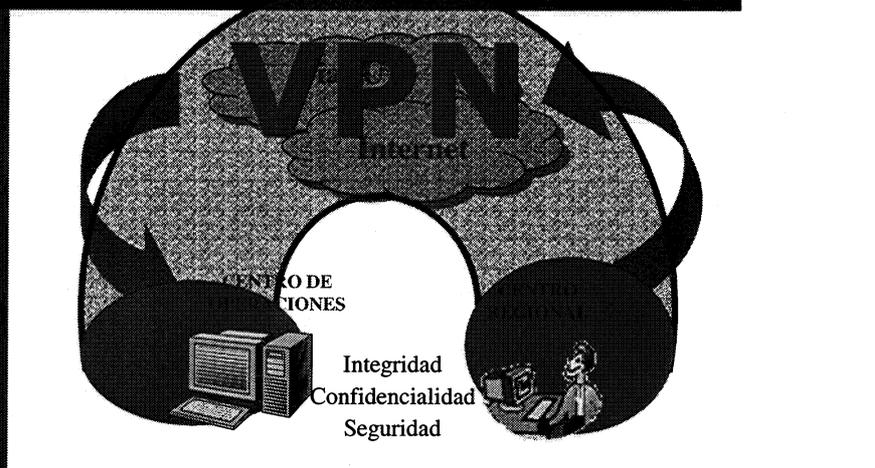


XIV REUNION ASISORA  
GRUPO DE SOPORTE - CENTRO DE OPERACIONES  
GERENCIA DE SISTEMAS - BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERU  
LIMA, PERU, AGOSTO 2004

VOLVER

# COMUNICACIONES

## PROPUESTA



XIV REUNION ASISORA  
GRUPO DE SOPORTE - CENTRO DE OPERACIONES  
GERENCIA DE SISTEMAS - BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERU  
LIMA, PERU, AGOSTO 2004

VOLVER

## COMUNICACIONES

### REQUERIMIENTOS

- ✓ **Windows NT o Superior**
- ✓ **Protocolo PPTP**
- ✓ **R.A.S**

XIV REUNION ASISTORA  
GRUPO DE SOPORTE - CENTRO DE OPERACIONES  
GERENCIA DE SISTEMAS - BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERU  
MONTEVIDEO, AGOSTO 2004

[VOLVER](#)

## Sistema De Ayuda

### SITUACION ACTUAL

- Programas del SICAP/ALADI no proporcionan suficiente ayuda al usuario sobre opciones específicas
- "Amigabilidad" del sistema afectada por falta de documentación en línea.



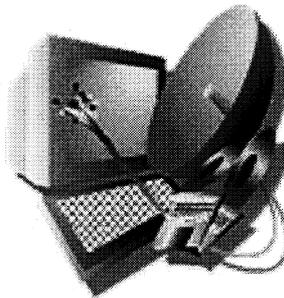
XIV REUNION ASISTORA  
GRUPO DE SOPORTE - CENTRO DE OPERACIONES  
GERENCIA DE SISTEMAS - BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERU  
MONTEVIDEO, AGOSTO 2004

[VOLVER](#)

## Sistema De Ayuda

### PROPUESTA

- Acceso en línea al Manual de Usuario
- Asistencia desde los programas presionando la tecla "F1".



XIV REUNION ASISORA  
GRUPO DE SOPORTE - CENTRO DE OPERACIONES  
GERENCIA DE SISTEMAS - BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERU  
MONTVIDEO, AGOSTO 2004

VOLVER

## Sistema De Ayuda

### BENEFICIOS

- Ayuda en línea facilita uso del sistema por nuevos usuarios
- Manuales del Usuario permanentemente actualizados
- Reducción de costos



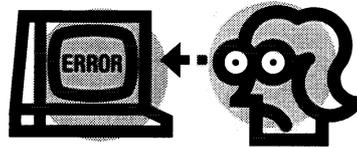
XIV REUNION ASISORA  
GRUPO DE SOPORTE - CENTRO DE OPERACIONES  
GERENCIA DE SISTEMAS - BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERU  
MONTVIDEO, AGOSTO 2004

VOLVER

## Mensajes Del Sistema

### SITUACION ACTUAL

Aviso o alertas al usuario, no proporcionan información suficiente para tomar acciones correctivas.



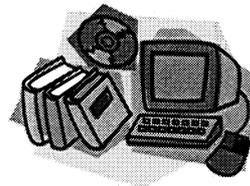
XIV REUNION ASESORA  
GRUPO DE SOPORTE - CENTRO DE OPERACIONES  
GERENCIA DE SISTEMAS - BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERU  
MONTEVIDEO, AGOSTO 2004

VOLVER

## Mensajes Del Sistema

### PROPUESTA

- Creación del Manual de Mensajes
- Codificación, Descripción, Origen, Causas y Acciones correctivas
- Integrado al Sistema de Ayuda en Línea



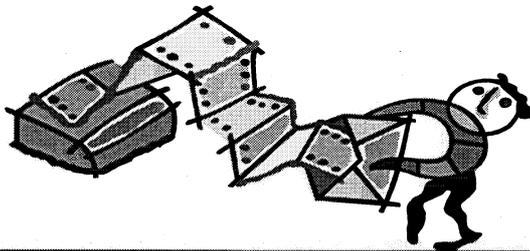
XIV REUNION ASESORA  
GRUPO DE SOPORTE - CENTRO DE OPERACIONES  
GERENCIA DE SISTEMAS - BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERU  
MONTEVIDEO, AGOSTO 2004

VOLVER

## Consultas Y Reportes

### ALCANCE ACTUAL

- Información de consultas sólo visualizadas en la pantalla
- Impresora es la única salida que soportan la mayoría de reportes



XIV REUNION ASESORA  
GRUPO DE SOPORTE - CENTRO DE OPERACIONES  
XIV REUNION ASESORA  
GERENCIA DE SISTEMAS - BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERU  
LIMITEVIDEO, AGOSTO 2004

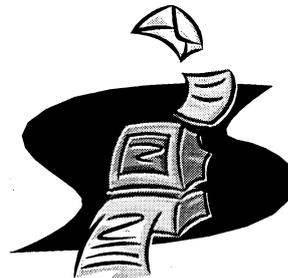
VOLVER

## Consultas Y Reportes

### PROPUESTA

Consultas y Reportes con opciones de salida hacia:

- Pantalla
- Impresora
- Correo Electrónico SICAP
- Archivos planos



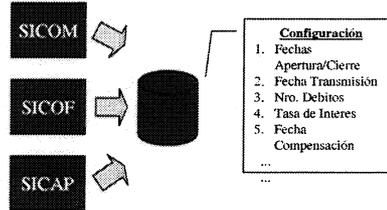
XIV REUNION ASESORA  
GRUPO DE SOPORTE - CENTRO DE OPERACIONES  
XIV REUNION ASESORA  
GERENCIA DE SISTEMAS - BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERU  
LIMITEVIDEO, AGOSTO 2004

VOLVER

## Configuración Del Sistema

### SITUACION ACTUAL

- Archivos compartidos por SICOM, SICOF y SICAP:
  - Imposibilidad de descentralizar gestión operativa
  - Estaciones en red pierden configuraciones propias al equipo



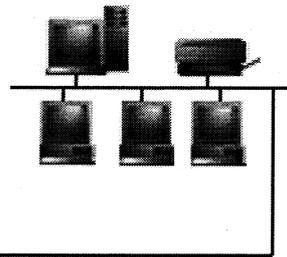
XIV REUNION ASESORA  
GRUPO DE SOPORTE - CENTRO DE OPERACIONES  
GERENCIA DE SISTEMAS - BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERU  
MONTEVIDEO, AGOSTO 2004

VOLVER

## Configuración Del Sistema

### PROPUESTA

- SICOM, SICOF y SICAP independientes en cuanto a:
  - Configuración
  - Comunicación
  - Seguridad

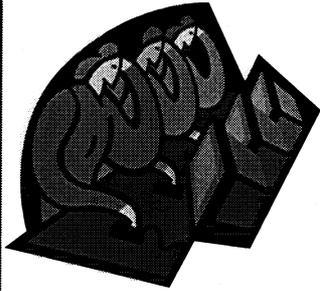


XIV REUNION ASESORA  
GRUPO DE SOPORTE - CENTRO DE OPERACIONES  
GERENCIA DE SISTEMAS - BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERU  
MONTEVIDEO, AGOSTO 2004

VOLVER

## Configuración Del Sistema

### BENEFICIOS



- Descentralización de la gestión operativa
- Actualización de un subsistema no afecta a los otros
- Reducción de Costos

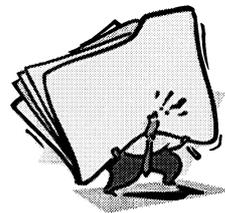
XIV REUNION ASESORIA  
GRUPO DE SOPORTE - CENTRO DE OPERACIONES  
GERENCIA DE SISTEMAS - BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERU  
MONTEVIDEO, AGOSTO 2004

VOLVER

## Correo Electrónico

### ALCANCE ACTUAL

- ❖ Comunicación de Mensajes libres y del sistema es basicamente de computador a computador
- ❖ Operador SICAP encargado de imprimir y distribuir mensajes a destinatarios



XIV REUNION ASESORIA  
GRUPO DE SOPORTE - CENTRO DE OPERACIONES  
GERENCIA DE SISTEMAS - BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERU  
MONTEVIDEO, AGOSTO 2004

VOLVER

## Correo Electrónico

### PROPUESTA

- ❖ Mensajes libres con opción de envío a dirección e-mail del C.R.
- ❖ Mensajes del Sistema podrán ser automáticamente enviados a direcciones e-mail del C.R.



REPORTE	ENVIAR A	CON COPIA A:
Fuera de plazo	Usuario1@cr.mail.com	Usuario3@cr.mail.com
Liquidaciones	Usuario2@cr.mail.com	Usuario3@cr.mail.com
Externos	.....	.....

XIV REUNION ASESORA  
GRUPO DE SOPORTE - CENTRO DE OPERACIONES  
GERENCIA DE SISTEMAS - BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERU  
MONTEDVIDEO, AGOSTO 2004

VOLVER

## Correo Electrónico

### BENEFICIOS

- ❖ Información oportuna
- ❖ Integración a correo electrónico utilizado por el usuario
- ❖ Reducción de Costos
- ❖ Funcionalidades de respuestas inmediatas



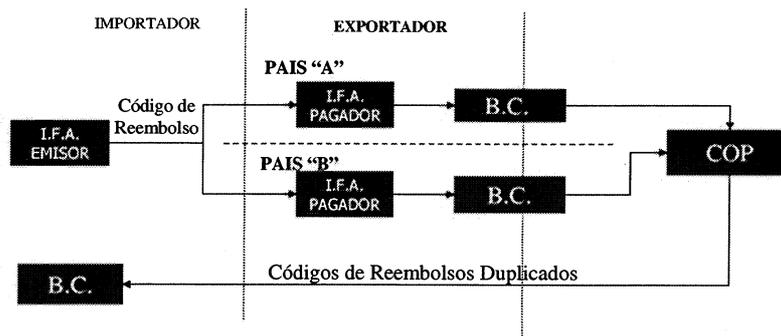
XIV REUNION ASESORA  
GRUPO DE SOPORTE - CENTRO DE OPERACIONES  
GERENCIA DE SISTEMAS - BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERU  
MONTEDVIDEO, AGOSTO 2004

VOLVER

## Transacciones En Línea

### SITUACION ACTUAL

Instituciones Emisoras declaran códigos de reembolsos iguales a Instituciones Pagadoras de distinto país



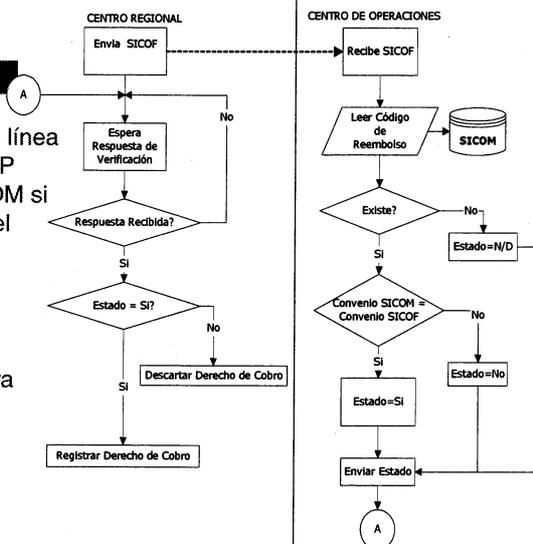
XIV REUNION ASISORIA  
GRUPO DE SOPORTE - CENTRO DE OPERACIONES  
GERENCIA DE SISTEMAS - BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERU  
MONTEVIDEO, AGOSTO 2004

VOLVER

## Transacciones En Línea

### PROPUESTA

- Centro Regional verifica en línea las Bases de Datos del COP para comprobar en el SICOM si convenio corresponde al del SICOF.
- Si convenio es diferente entonces descarta SICOF
- Si no existe en SICOM o convenio es igual se registra Derecho de Cobro



XIV REUNION ASISORIA  
GRUPO DE SOPORTE - CENTRO DE OPERACIONES  
GERENCIA DE SISTEMAS - BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERU  
MONTEVIDEO, AGOSTO 2004

VOLVER

**Muchas Gracias**

XIV REUNION ASISORA  
GRUPO DE SOPORTE - CENTRO DE OPERADORES  
GERENCIA DE SISTEMAS - BANCO CENTRAL DE RESERVA DEL PERU  
LIMITEVIDEO, AGOSTO 2004



ANEXO 3

**CAF**

**ANÁLISE DO CPCR DA ALADI E INTENSIFICAÇÃO DO CONVÊNIO**



# **CAF: ANALISIS DEL CPR DE ALADI E INTENSIFICACION DEL CONVENIO**

XAVIER NOGALES  
MONTEVIDEO,  
AGOSTO DE 2004

1

## **Mandato de CAN y MERCOSUR**

- Los Ministros de Relaciones Exteriores y de Comercio de los Países miembros de la CAN y MERCOSUR —con ocasión de la II Reunión de Presidentes de América del Sur celebrada en Guayaquil— pidieron que las Presidencias Protémpore de ambos bloques (Colombia del CAN y Brasil de MERCOSUR) elaboren un documento que identifique propuestas en las áreas política, económica, comercial, infraestructura y finanzas con el fin de fortalecer los vínculos de cooperación entre los dos bloques.
- El 02/09/2002 se realizó una reunión en Bogotá entre el Ministro de Desarrollo, Industria y Comercio Exterior del Brasil, Sergio Amaral, y su par de Colombia, Jorge Humberto Botero, quienes acordaron la necesidad de: (i) promover el acercamiento CAN-MERCOSUR; (ii) incrementar el flujo comercial entre ambos bloques; (iii) consolidar el bloque sudamericano ante el avance de las negociaciones de ALCA; y (iv) continuar revisando el tema referido al mecanismo de apoyo al CPR de creación de un Fondo Especial que permita eliminar el riesgo comercial que dentro del mecanismo actual asumen los bancos centrales u otras opciones que permitan intensificar el comercio intraregional en ALADI.

2

## **SOLICITUD A CAF**

- Sobre este último punto solicitaron a CAF que efectuara un estudio sobre el CPR, sus principales problemas y las posibles medidas que se podría adoptar para intensificar el proceso de intercambio comercial en los países de ALADI.
- CAF aceptó la solicitud efectuada a nombre del CAN y del MERCOSUR.

3

## **Labores Efectuadas y Visitas Realizadas**

- Para la realización de los trabajos, CAF solicitó la cooperación de la Secretaría General de la ALADI. En ese sentido, entre los días 25 y 27 de febrero de 2003, una misión de CAF visitó la sede de ALADI en Montevideo. El director de Estudios Económicos del FLAR acompañó a la misión de CAF por invitación de ALADI.
- En la oportunidad, el Secretario General de ALADI estuvo acompañado del Secretario General Adjunto y el funcionario técnico del sector Asuntos Financieros y Monetarios.
- Asimismo, durante la visita a Montevideo, la misión de CAF tuvo la oportunidad de conversar con el Jefe del Departamento de Convenios Internacionales del Banco Central de Uruguay para conocer la opinión del Banco Central de Uruguay con relación al Convenio de Pagos y Créditos Recíprocos.
- Posteriormente, la misión visitó los bancos centrales de Argentina, Bolivia, Perú, Colombia, Ecuador, Brasil y Chile.

4

## EL CONVENIO DE PAGOS Y CRÉDITOS RECÍPROCOS DE ALADI

- En 1965, los Bancos Centrales (los BC) de Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Chile, Ecuador, México, Paraguay, Perú, Uruguay, Venezuela y de la República Dominicana, convinieron y firmaron el "Acuerdo de México", a partir del cual se creó e inició la operación del mecanismo multilateral de **Compensación de Pagos** en monedas convertibles y libremente transferibles.
- Dieciocho años más tarde, el 25 de agosto de 1982, el **Convenio de Pagos y Créditos Recíprocos** fue suscrito en el marco de ALADI. El Convenio reemplazó al Acuerdo de México.

5

## El Consejo para Asuntos Financieros y Monetarios

- El Consejo para Asuntos Financieros y Monetarios está integrado por las máximas autoridades de los Bancos Centrales y tiene, entre otras funciones, el gobierno del Convenio de Pagos y Créditos Recíprocos.
- El uso del mecanismo de pagos y créditos recíprocos está regido por las normas generales del Convenio y su Reglamento, así como por lo dispuesto en las Resoluciones del Consejo para Asuntos Financieros y Monetarios.
- Además, contempla la posibilidad de que los BC reglamenten en sus países la operativa interna.
- Esto significa que los BC, en uso de sus facultades y ajustándose a las normas básicas del Convenio —tales como las relativas a la garantía de reembolso— pueden regular las operaciones canalizables y los instrumentos utilizables.

6

## **Objetivos del Convenio**

- Los objetivos básicos del Convenio son: (i) estimular las relaciones financieras entre los países de la región; (ii) facilitar la expansión de su comercio recíproco; y (iii) sistematizar las consultas mutuas en materias monetarias, cambiarias y de pagos.
- Adicionalmente, el mecanismo multilateral de compensación de pagos persigue los propósitos de: (a) facilitar la canalización de los pagos e intensificar las relaciones económicas entre los países miembros; (b) reducir los flujos internacionales de divisas entre los participantes; y (c) estimular las relaciones entre las instituciones financieras de la región.

7

## **Mecanismos del Convenio**

- El Convenio establece un sistema integrado por dos componentes: un mecanismo de compensación multilateral cuatrimestral de pagos y un sistema de garantías.
- El Convenio permite que se curse y compense entre los bancos centrales miembros, pagos derivados del comercio de los países miembros, de bienes originarios y de servicios efectuados por personas residentes, de modo que al final del período cuatrimestral de compensación, sólo se transfiere o recibe el saldo global —deficitario o superavitario.
- En consecuencia, se puede cursar por el Convenio operaciones de comercio de bienes originarios.

8

## Mecanismos del Convenio

- También —de mediar acuerdos bilaterales entre los Bancos Centrales— se puede cursar servicios efectuados por personas residentes.
- Previo acuerdo entre los Bancos Centrales, están además previstas:
  - la canalización de operaciones de financiamiento de transacciones comerciales, mediante descuento de documentos en un tercer país miembro (mecanismo de descuento de instrumentos) o un tercer país no integrante; y
  - la canalización de pagos de triangulación comercial entre países miembros. Por otra parte, **está prohibido** cursar operaciones financieras puras, entendiéndose por éstas aquellas que implican transferencias de fondos no relacionadas con operaciones de comercio.

9

## Garantías del Convenio

- Las **garantías** que prevé el Convenio son las de:
  - **convertibilidad** de las monedas nacionales a dólares de los Estados Unidos;
  - la de **transferibilidad** de estos a través del Mecanismo; y
  - la de **reembolso** entre los BC de las operaciones cursadas por el Convenio.

10

## Mecanismo que Genera la Falta de Consenso

- Mientras que las garantías de convertibilidad y transferibilidad son vistas como necesarias por todos los BC, **la garantía de reembolso** se ha convertido en los últimos años en un tema donde no hay consenso pleno.
- Esto debido a los riesgos morales que implica la garantía de reembolso, pues **no sólo** cubre situaciones de convertibilidad y transferibilidad, sino que además cubre situaciones de iliquidez, insolvencia y, aún peor, de fraude de parte de agentes privados.

11

## Mecanismo que Genera la Falta de Consenso

- Han existido casos en que bancos en situaciones de problemas financieros han utilizado el convenio para hacer operaciones fraudulentas que por el Convenio tenían que ser garantizadas y pagadas por su BC.
- Adicionalmente, en la mayoría de los casos, desde ya varios años, los BC cuentan con cartas orgánicas que les prohíben dar créditos o garantías a los sectores público y privado.
- No se ha logrado acordar la eliminación de la garantía de reembolso bajo el argumento de que cada BC puede reglamentar las operaciones en su país para no tener que garantizar operaciones que no quiera o pueda hacer.
- Algunos BC insisten en que no sería conveniente eliminar la capacidad del Convenio de garantizar los reembolsos, porque podrían venir situaciones en el futuro en que algunos bancos quieran o necesiten hacerlo. Volver a cambiar el Convenio sería lento y no estaría asegurado.

12

## **La Secretaría General de ALADI**

- **La Secretaría General de ALADI brindó un apoyo pleno al grupo de estudio de CAF, con el suministro, entre otros aspectos, de información técnica adecuada a las necesidades de las tareas a realizar.**
- **Por otra parte, en las diferentes reuniones de trabajo mantenidas, reseñó el proceso que llevó a la aprobación de un Protocolo Modificadorio del Convenio de Pagos (Resolución 90 del CFM de 1998); así como aquellos cambios que los miembros consideraron convenientes efectuar para revertir la situación de descenso de las operaciones.**
- **En esta última modificación del Convenio, se dictaron disposiciones relativas a la normativa vigente sobre pagos admisibles; el establecimiento de mecanismos de solución de controversias; la obligatoriedad de la concurrencia a la compensación multilateral; el Programa Automático de Pagos; la sustitución de la base de cálculo para definir las tasas de interés aplicables a los saldos; etc.**

13

## **La Secretaría General de ALADI**

- **No obstante lo antedicho y a pesar que desde el punto de vista técnico podría asegurarse que el Convenio de Pagos se ha ido perfeccionando, su funcionamiento ha seguido decayendo, acentuándose la caída, que continua hasta la fecha.**
- **La Secretaría General considera que el Convenio de Pagos es un instrumento y mecanismo que puede ser de utilidad para el comercio intrarregional.**
- **En tal sentido —y teniendo en cuenta las circunstancias mencionadas— inició acciones y contactos con instituciones financieras regionales para considerar una eventual alternativa de perfeccionamiento del mismo, que contemplara una gradual coparticipación de otros organismos financieros latinoamericanos en la cobertura del riesgo comercial; y, por la otra, la realización de estudios tendientes a revertir esta situación.**

14

## Cobertura de Riesgos por Terceros

- Con respecto al primer punto, esta iniciativa ha sido sostenida por varios bancos centrales miembros y planteaba la posibilidad de configurar un sistema complementario, y eventualmente sustitutivo, de la cobertura del riesgo en que incurren los bancos centrales por su participación en el convenio.
- Para este propósito, la Secretaría General realizó consultas y reuniones técnicas, desde 1999, particularmente con el Comité Latinoamericano de Comercio Exterior de la Federación Latinoamericana de Bancos (FELABAN), y con el Banco Latinoamericano de Exportaciones (BLADEX), considerando la manifestada disposición de estas organizaciones para colaborar en tal sentido.
- Estas organizaciones han presentado a los órganos del Convenio, en los últimos años, una serie de propuestas que han sido analizadas en varias ocasiones.
- Se destaca las que presentó el BLADEX en 1999 y 2002, las cuales, a grandes rasgos, tenían relación con la complementación y fortalecimiento de la garantía de reembolso de los pagos vigente entre los bancos centrales miembros, mediante su aval directo a las operaciones o a través de mecanismos con tal finalidad creado con su participación (Fondo de Garantía).

15

## Cobertura de Riesgos por Terceros

Sin perjuicio de ello, la Secretaría General, considerando que la canalización de operaciones sigue descendiendo, llegando a los niveles de 1972, identificó, en base a los trabajos, análisis y documentos de los últimos años, los siguientes aspectos y elementos que podrían dinamizar el Convenio, los cuales los está presentando en el ámbito de la XLIII reunión de la CAFM a ser efectuada en julio de 2003:

- la incorporación de nuevos instrumentos al Convenio de Pagos: adopción de fideicomisos o fondos fiduciarios (mecanismo financiero); la securitización; el factoring; y el forfait;
- el fortalecimiento de la garantía de reembolso que otorgan los bancos centrales, con base a la propuesta presentada por el Banco Latinoamericano de Exportaciones (BLADEX) en 1999 y ajustada en el 2002, con el propósito de disminuir los riesgos comerciales de los bancos centrales relacionados con la garantía de reembolso; y
- la identificación de reglamentaciones internas comunes que aplican los bancos centrales sobre los pagos cursables por el convenio, a efectos de dotar a estas reglamentaciones de una mayor transparencia, simplicidad y agilidad posible que estimule una mayor utilización del mecanismo, y que, en definitiva, no se convierta en un obstáculo a la canalización de operaciones ni que incrementen los costos operativos.

16

## Cobertura de Riesgos por Terceros

•Finalmente, la Secretaría General indica que las posibles causas de descenso en las operaciones cursadas serían:

- la redefinición de las funciones de los bancos centrales, en muchos casos con un creciente grado de autonomía, frente al diseño de política macroeconómica;
- el encarecimiento que trae consigo la canalización de operaciones a través del sistema, debido a las restricciones impuestas por algunos bancos centrales, sobre todo para disminuir los riesgos; traducido, por ejemplo, en exigencias de registros previos a la concesión del reembolso, y los costos, comisiones y tarifas que cobran los bancos centrales, que implica que la canalización de operaciones a través del convenio son sensiblemente superiores a las cursadas por la banca comercial privada; y
- la adopción de medidas internas (reglamentaciones) por parte de los bancos centrales restringiendo las operaciones, sobre todo por el tema de la automaticidad de garantía de reembolso, con restricciones al curso de los instrumentos financieros;

17

## Cobertura de Riesgos por Terceros

Asimismo, agrega que el funcionamiento del Sistema de Pagos se verifica en un marco de creciente riesgo comercial, destacándose:

- la liberalización económica y financiera que ha ocurrido en la región ha permitido la proliferación de otras fuentes de financiamiento y, más importante aún, la instalación de bancos internacionales que otorgan más fluidez al mercado;
- el proceso de internacionalización del sistema financiero en América Latina ha derivado en que gran parte de las transacciones financieras se realizan dentro de una misma institución financiera que tiene, además, presencia en varios países;
- el desarrollo y perfeccionamiento de otros instrumentos financieros utilizados en el comercio internacional;
- facilidades en las comunicaciones y la obtención de informaciones, lo que deriva en un mayor conocimiento y selección de clientes;
- una mayor facilidad de acceso, por parte de los países miembros, a liquidez internacional;
- la vuelta a la voluntariedad en la canalización de operaciones por el convenio de pagos; y
- los problemas bilaterales suscitados entre algunos bancos centrales por operaciones cuya pertinencia fue cuestionada, no han vuelto a darse en los años posteriores. Para ello, se considera que han tenido efecto las medidas internas adoptadas por los bancos centrales y los ajustes incorporados a la normativa del convenio de pagos.

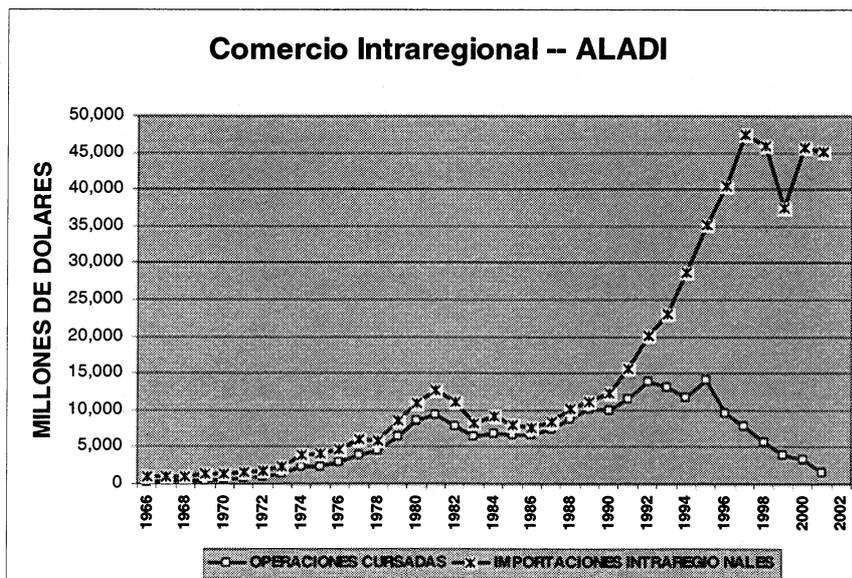
18

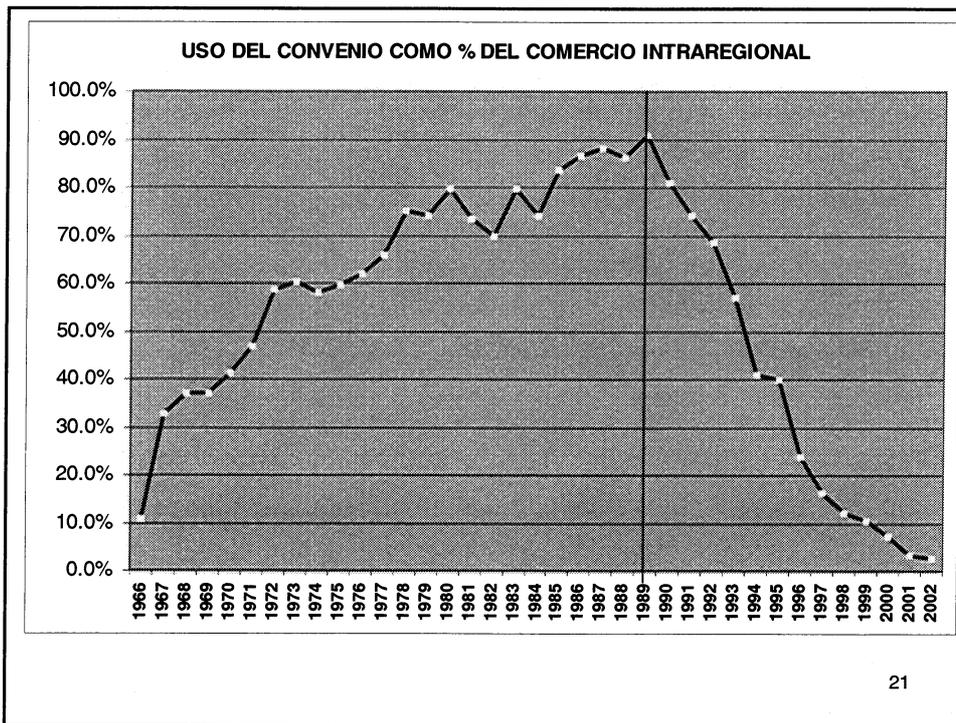
## PREFERENCIA POR NO USAR EL CONVENIO

- Estos factores habrían propiciado, sin lugar a dudas, que los agentes exportadores e importadores hagan transacciones sin la cobertura del Convenio de Pagos.
- Esto, seguramente, demuestra en muchos casos la eficiencia y amplitud de los servicios de las instituciones financieras de la Región y refleja características de las operaciones de comercio, simplificando y superando la necesidad de que se sigan los procedimientos burocráticos proyectados en el pasado para atender a una realidad totalmente diferente de la actual.

19

## Evolución del Comercio Intrarregional y Uso del Convenio





- ### Principales Inhibiciones de los BC
- La mayoría de los bancos centrales ahora trabajan bajo nuevas cartas orgánicas y, por tanto, no pueden correr el riesgo de acabar dando garantías de solvencia —involuntariamente— a bancos o empresas privadas. El hacerlo implicaría violar sus propias cartas orgánicas, lo cual traería responsabilidades civiles y penales a los ejecutivos de los BC.
  - Parecería, de tal manera, que se hace preciso encontrar una manera diferente de trabajar bajo el Convenio.
  - Lo más importante en la actual coyuntura de escasez generalizada de divisas en la región, es asegurar la convertibilidad y transferibilidad de los pagos asociados con el comercio intrarregional. La cobertura del riesgo comercial no debería ser papel de los BC.
  - El mercado debería cubrir estos riesgos, de manera comercial, eficiente, competitiva y abierta. La propuesta de BLADDEX parece que sufría del problema de operar monopólicamente, por lo que algunos BC piensan que la oferta representaba costos excesivos y cobertura de riesgos relativamente menores, en general relacionados solamente a operaciones de bancos internacionales de primera línea
- 22

## **Riesgo de Quiebra de Bancos Comerciales**

- Un problema importante es el riesgo que implica la eventual quiebra de un banco.
- Este riesgo es difícil de cubrir para una empresa privada de seguros que no tenga control efectivo del sistema de supervisión bancaria en un país.
- Por otra parte, las superintendencias de bancos no pueden correr riesgos financieros como lo haría una empresa de seguros, pero tampoco puede delegar la supervisión bancaria a empresas privadas de seguros.
- Las calificadoras privadas de riesgo no hacen un trabajo detallado y continuo de supervisión, por lo que tampoco servirían de apoyo a una empresa aseguradora.
- Finalmente, en algunos países las autoridades temen que una calificación detallada y demasiado abierta de la condición financiera de los bancos pueda traer inestabilidad al sistema bancario.

23

## **Riesgo de Quiebra de Bancos Comerciales**

- De tal manera, se hace necesario encontrar una manera en que el mercado pueda cobrar tarifas diferenciales por el riesgo específico que implica un banco individual, sin aumentar los riesgos de inestabilidad de los sistemas bancarios.
- Adicionalmente, parecería necesario estudiar la posibilidad de consensuar multilateralmente una fórmula práctica de manejo de las carteras de comercio "en fideicomiso" que implique que las carteras de los importadores o exportadores no sean parte de la masa liquidable de un banco y, por tanto, no tengan que seguir el procedimiento de liquidación de activos y las prioridades de pago en caso de liquidación del banco.
- Los países irían adoptando el sistema gradualmente.
- Mientras más países participen en el mecanismo "de fideicomiso", mayor sería la facilidad de aumentar el comercio intrarregional.

24

## VISION DE LOS BANCOS CENTRALES

- La visión generalizada de los bancos centrales visitados es que el CPR sigue siendo un mecanismo que permite —sin mayores cambios normativos— dar un impulso al comercio intrarregional. Todos coinciden, sin embargo, que el CPR es un mecanismo anticuado, el cual no estaría en plena armonía con las nuevas cartas orgánicas de un gran número de bancos centrales miembros.
- En consecuencia, lo mejor sería mantener el Convenio como está, pero promoviendo una mejor normativa interna de parte de los bancos centrales que permitan reducir sustancialmente sus riesgos de garantía de reembolso que actualmente están otorgando y, más bien, iniciar un proceso que incentive mecanismos de apoyo externo, público y privado, tales como líneas de crédito externo para el fomento del comercio intrarregional sin participación de los bancos centrales y, aún, de los estados.

25

## Visión de los Bancos Centrales

- Una vez iniciado ese camino y una vez que se noten frutos de ese esfuerzo, se podría iniciar un proceso compartido entre los miembros para ir diseñando cuidadosamente un nuevo convenio que se adecue mejor a las nuevas circunstancias que podrían presentarse en los años futuros.
- No obstante, las circunstancias macroeconómicas de la región requieren en el corto plazo un fortalecimiento de las balanzas de pagos de los países de la Región.
- Un camino que se debe seguir, sin duda, es la ampliación de esfuerzos de exportación fuera de la Región, hacia acuerdos TLC, la Unión Europea y otros mercados importantes para la producción regional.
- Otro camino disponible, es seguir aumentando el intercambio intrarregional a fin de expandir aún más la sustitución de importaciones a nivel regional.
- La capacidad productiva de la mayoría de países de la región —tanto en costos como en calidad— ha mejorado de manera sustancial en los últimos años y, en muchos casos, de manera más rápida que los propios esfuerzos de intercambio intrarregional.

26

## Utilidad del CPR y Problemas Existentes

- El Convenio no se adecua a las cartas orgánicas de los bancos centrales autónomos y no se beneficia de los avances conceptuales de los nuevos sistemas de pagos y sus criterios normativos. Sin perjuicio de ello, ha jugado —y puede seguir jugando— un papel importante en promover el comercio intrarregional en las circunstancias actuales.
- En los últimos años, es decir momentos de bonanza de divisas, el CPR no ha impedido que se desarrolle el comercio de manera independiente y que la banca de los países de la región, cada vez más con mayor vocación internacional y mejores contactos de corresponsales, operen de manera eficiente en el manejo de las operaciones bancarias correspondientes para la facilitación del comercio exterior.
- Los bancos centrales no han tenido inconveniente en otorgar las garantías de convertibilidad en divisas de las obligaciones correspondientes y su transferibilidad al exterior.

27

## Utilidad del CPR y Problemas Existentes

- Por otra parte, los problemas sobre la garantía de reembolso, evidentemente han generado dificultades operativas a la mayoría de bancos centrales
- Por otra parte, la gran mayoría de los BC miembros no está de acuerdo con eliminar la garantía de reembolso del CPR, porque desaparecería el principal atractivo del Convenio que es la conversión de obligaciones en pagos efectivos.

28

## Entidades Privadas que Garanticen el Reembolso

- Los bancos centrales entrevistados tienen la percepción de que la propuesta de BLADDEX o una similar de otro banco multilateral parecido al esquema del Banco Europeo de Desarrollo en general no sería adecuada, puesto que cualquier “asegurador” sólo aceptará a los bancos autorizados de bajo riesgo y dejará a los bancos centrales el riesgo con las instituciones de alto riesgo. Esta situación podría ser aún peor que la actual para algunos bancos centrales.
- La solución al problema de la garantía de reembolso sería inducir a los bancos centrales de la región de ALADI que convengan una modificación simple a su normativa interna.
- Debería aclararse que para lograr la legalidad de un instrumento de comercio exterior es fundamental que un banco central debe cumplir plenamente la garantía implícita de reembolso.

29

## MODIFICACION DEL CONVENIO?

- Es preciso tener presente que el Convenio es sólo un acuerdo entre bancos centrales y no acuerdo entre Estados. Por tanto, no existiría una ley en cada Estado que haya refrendado el Convenio y que por tanto tienda a modificar el ordenamiento legal local.
- Desde ese punto de vista, el concepto “*instrumentos que hayan sido cursados cumpliendo con los requisitos establecidos en el Convenio y su Reglamento*” sólo podría incluir instrumentos que hayan cumplido plenamente la normativa interna de los bancos centrales, puesto que el ordenamiento jurídico, posiblemente en todos los países, otorga la atribución al Banco Central de emitir normativa en asuntos monetarios y financieros para el cumplimiento obligatorio de las instituciones normadas, en este caso los bancos autorizados, específicamente para que emitan instrumentos bajo el CPR.
- Desde esta perspectiva, no sería necesario modificar el Convenio, sino simplemente obtener opiniones legales de la entidad oficial autorizada en cada país que esa sería la situación legal en el país, lo cual aclararía la potestad y atribución de cada banco central, a emitir normas internas para la emisión de instrumentos bajo el CPR.
- Si un intermediario no cumpliera la normativa de su banco central, no habría la obligación de ese banco central de garantizar el reembolso.

30

## **PROHIBICIONES RECOMENDADAS**

Finalmente, para mejorar las seguridades de operaciones bajo el Convenio y evitar daño a su imagen, debería buscarse en lo posible la prohibición, vía reglamentación:

- (i) de cartas de créditos con “cláusula roja”;
- (ii) de pagos de operaciones de servicios que no cuenten con acuerdos bilaterales oficiales para la prestación de los mismos; y
- (iii) de otras operaciones que aumenten los riesgos de cursar operaciones ilegítimas bajo el Convenio.

31

## **LINEAS DE CREDITO**

- La mejor manera de promover el intercambio intrarregional sería la de contar con líneas de mediano y largo plazo (de más de dos años de plazo) que permitan financiar la oferta exportable de la región, en primer lugar a los propios países de la región y, en segundo lugar, a países extra regionales.
- Desde esa perspectiva, CAF podría jugar un papel muy útil en la concepción y diseño de nuevas estrategias de promoción del comercio exterior de los países de la región suramericana.

32

## RECOMENDACIONES

- El CPR no parece ser el instrumento más eficaz y moderno para atender las actuales necesidades macroeconómicas de la región, pero puede ser un incentivo muy útil —en la actual coyuntura— para apoyar los esfuerzos conscientes y explícitos que decidan llevar a cabo los países de la región para aumentar el comercio intrarregional.
- La negociación de aspectos marginales del CPR, especialmente de los artículos 10 y 11 del Convenio que faciliten la otorgación de las garantías de reembolso, no parecería ser una vía expedita y pragmática para contar con un mecanismo ágil que permita incentivar efectivamente el crecimiento del comercio intrarregional, dado que las bases del propio CPR podrían no coincidir con las nuevas leyes orgánicas de los nuevos bancos centrales en muchos países miembros.
- De tal manera, sería preciso que los países miembros del CPR inicien prontamente un proceso de concepción y diseño de un nuevo mecanismo de incentivo al comercio intrarregional, más moderno y eficaz.
- En ambos casos, la CAF no podría jugar un papel directo de apoyo, aunque podría servir de colaboración y apoyo indirecto a instituciones específicas de los países involucrados en el esfuerzo de modernización y que quisieran desarrollar estos nuevos mecanismos.

33

## Manera de Obtener un Mejor Uso del Convenio

- En consecuencia, la mejor manera de resolver los problemas en el corto plazo sería que la propia Secretaría General de ALADI promueva la preparación de guías indicativas para que los bancos centrales revisen su normativa interna con el fin de:
- (a) lograr un perfeccionamiento del Sistema de Compromisos (SICOM) del SICAP/ALADI, así como evaluar los estudios y análisis que efectuará la Comisión Asesora de Asuntos Financieros y Monetarios en su reunión de julio de 2003, de acuerdo con las propuestas de trabajo efectuadas y a ser presentadas en esa ocasión, las cuales están en línea con la recomendación aquí incluida; y
- (b) que para disminuir los riesgos de pérdida de los bancos centrales por causa de quiebra de instituciones autorizadas, se requiera que las operaciones de comercio exterior bajo el CPR se lleven a cabo en calidad de patrimonios autónomos o fideicomisos —o través de mecanismos de cesión de cartera a favor de los BC— permitiendo que en caso de quiebra los activos correspondientes no sean parte de la masa liquidable de los bancos en cuestión, sino puedan ser trasladados a otros bancos en buena condición, en cual caso seguirían sosteniendo el riesgo del banco central por causa de la garantía de reembolso.

34

### **Nivel de Normativa Interna**

- El cambio propuesto se efectuaría —no a nivel del Convenio, sino de la normativa interna de los bancos centrales— sobre la base de las propuestas ya efectuadas por algunos bancos centrales, especialmente los de Colombia, Argentina y Brasil, en sentido que en vez de que sean las Instituciones Autorizadas las que emitan las obligaciones directamente, solicitarían a los bancos centrales su aprobación explícita, la cual se daría a través de la inscripción en el SICOF por parte de los bancos centrales y permitiendo que el sistema no sea sólo para conocimiento de los bancos centrales sino también de las Instituciones Autorizadas de todos los países miembros.
- Para evitar demoras innecesarias, los bancos centrales se obligarían a efectuar la revisión e inscripción de la obligación en 48 horas a partir de haber recibido las solicitudes de las Instituciones Autorizadas. Para esto sería clave que la revisión sólo se efectúe sobre la naturaleza de la operación —prohibiendo en todo caso operaciones con cláusula roja y operaciones de simple transferencia de divisas— y sobre el acatamiento de los límites de riesgo establecidos por los propios bancos centrales.

35

### **Finalmente...**

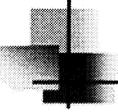
- En un país determinado, si hubiera un banco en mala situación financiera, el banco central podría sacarlo de la lista de Instituciones Autorizadas o, bien, requerirle un prepago mayor —aún total— que a un banco en situación financiera normal.
- Esto evitaría situaciones que podrían precipitar mayores desequilibrios en casos difíciles, incluyendo corridas bancarias o deterioros por mala imagen. Lo que sí sería importante es que los BC traten de evitar la exigencia de prepago pleno a todos los bancos.
- En resumen, las garantías de los patrimonios autónomos o fideicomisos —o las cesiones de cartera— evitarían los riesgos de los bancos centrales relacionados con las quiebras bancarias.
- Por otra parte, las exigencias de prepago a los bancos con problemas de solvencia o su eliminación de las listas de Instituciones Autorizadas permitirían eliminar la mayoría de riesgos, induciendo a que la mayoría de operaciones sean efectuadas a través de bancos en buena situación financiera, dado que estos tendrían las mejores condiciones competitivas para operar.

36

ANEXO 4

1. CÂMARA REGIONAL DE COMPENSAÇÃO (BID)
2. CLEARING DE CÂMBIO (BM&F - BRASIL)
3. CÂMARA INTERAMERICANA DE COMPENSAÇÃO (BM&F - BRASIL)
4. CÂMARA INTERAMERICANA DE COMPENSAÇÃO (ROFEX - CLEARING HOUSE S.A. - ARGENTINA)





# Cámara Regional de Compensación

---

Felipe Gómez-Acebo  
Banco Interamericano del Desarrollo

Montevideo  
Agosto 12, 2004



## Situación de Partida

---

Inexistencia de un espacio financiero regional genera:

- Necesidad de utilizar los mercados internacionales con el consecuente aumento en los costos de financiación.
- Peaje estimado en 250 puntos base.

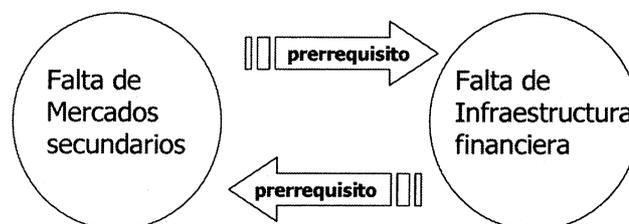
## Situación de Partida

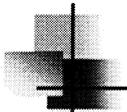
Razones que explican la falta de este espacio regional:

1. Falta de mercados secundarios transparentes, líquidos y eficientes.
2. Ausencia de servicios modernos de depósito, custodia, compensación y liquidación.

## Situación de Partida

Lo anterior es un círculo vicioso que necesita de una intervención coordinada entre los sectores público y privado para resolverla:

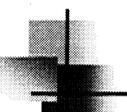




## Situación de Partida

Consecuencias de la falta de este espacio regional:

1. Aumento en el costo de levantar capital.
2. Lo que explica que muchos proyectos de inversión no se puedan financiar a costos viables.
3. Genera un salida de capitales a otros mercados, dado que los inversionistas institucionales no encuentran proyectos.



## Rol de Cámara Regional de Compensación (CRC)

La introducción de una CRC puede romper este círculo al:

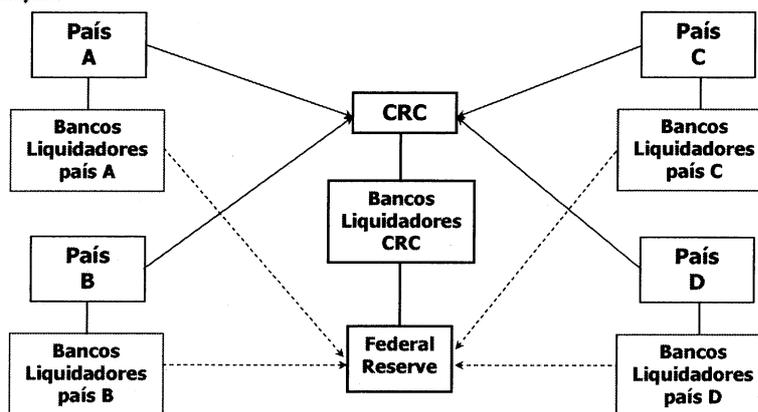
- Proveer de servicios de infraestructura financiera basándose en una jurisdicción única.
- Genera una mejora en la infraestructura de los módulos locales.
- Resuelve problemática transfronteriza.
- Resuelve tema riesgo país y riesgo legal → base en Ley del estado de Nueva York.

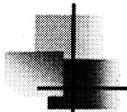
## Diseño de la CRC

Las características básicas de la CRC deberían ser:

- Estabilidad jurídica y ausencia de riesgo país (basada en NYC)
- Eficiencia tecnológica y seguridad operacional.
- Apertura (a participantes e instrumentos)
- Adecuado gobierno corporativo.
- Definición como empresa de apoyo al mercado sin fines de lucro.

## Diseño de la CRC





## Diseño de la CRC

---

### Posibilidad de Crecimiento horizontal:

- Incorporación de nuevos usuarios (países) sujeto al cumplimiento de estándares operacionales por parte de las cámaras locales
  - Uso de estándares CPSS-IOSCO.
  - Evitar importar riesgo a la CRC.
  - Necesario mejoramiento de las plataformas locales.



## Diseño de la CRC

---

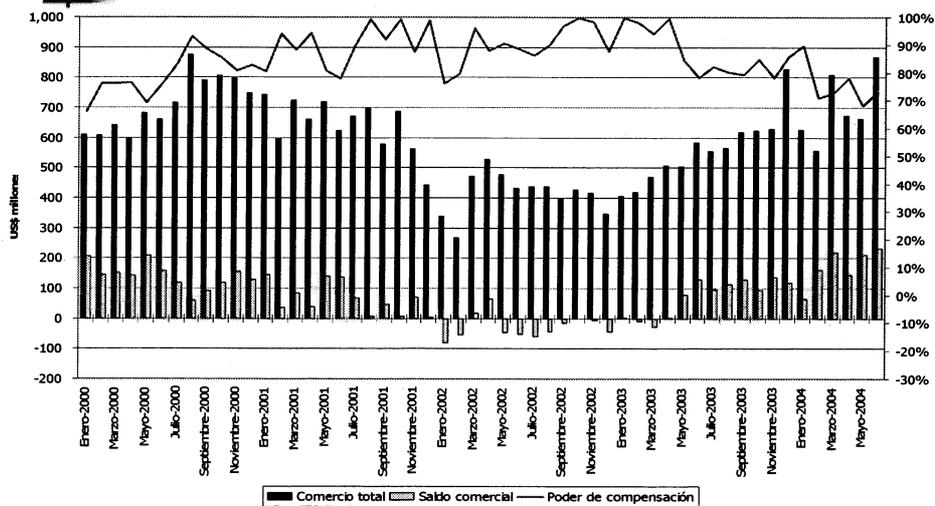
### Posibilidad de Crecimiento vertical:

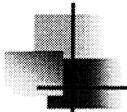
- Incorporación de nuevos productos (instrumentos), tales como:
  - Papeles de deuda pública.
  - Papeles de deuda corporativa.
  - Derivados.
  - Commodities.

## Punto de Partida: CICOM

- Brasil y Argentina, BM&F y Rofex.
- Un producto: liquidación de los flujos de moneda generado por las transacciones comerciales.

### Cambio liquidado, saldo comercial y poder de compensación en el comercio contratado entre Brasil y Argentina



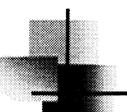


## Punto de Partida: CICOM

---

Objetivos de la primera etapa del proyecto:

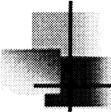
- Definir los estándares operacionales al resto de los posibles integrantes.
- Facilitar el desarrollo de cámaras domésticas: posible uso del know-how obtenido.



## Participación del BID

---

- Facilitar la implementación de CICOM.
- Definir estructura de gobierno corporativo acorde a los objetivos de política pública buscados → CICOM debe ser entendida como un bien público regional.
- Ayuda técnica a los países candidatos → modernización de las plataformas locales.



# Cámara Regional de Compensación

---

Felipe Gómez-Acebo  
Interamericano del Desarrollo

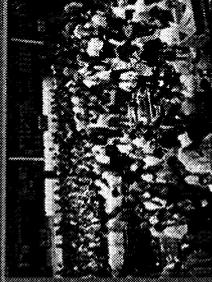
Montevideo  
Agosto 12, 2004

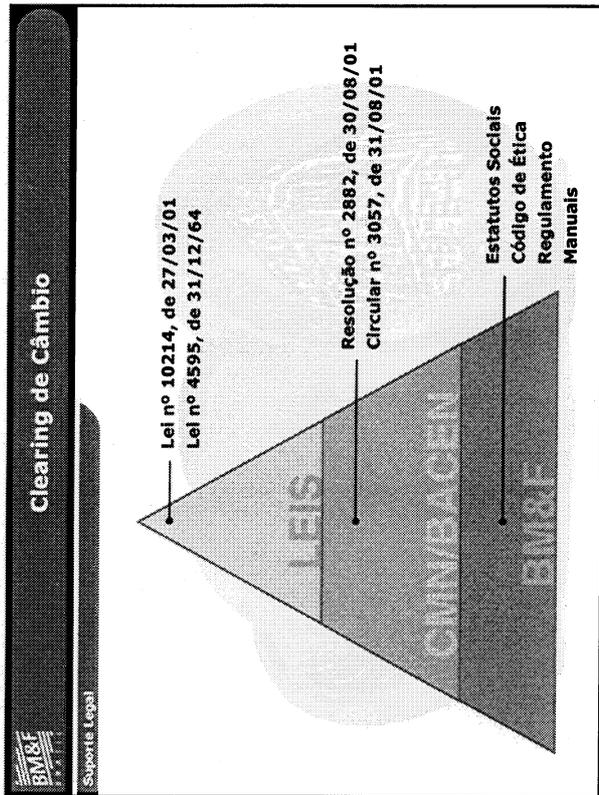
Clearing de Câmbio

**BM&F**  
B R A S I L

Apresentação para ALADI - Montevideu 12/08/2004

**BM&F**





## Clearing de Câmbio



Support & Legal

### Leis

#### **Lei nº 10214, de 27 de março de 2001**

Dispõe sobre a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro, e dá outras providências.

#### **Lei nº 4595, de 31 de dezembro de 1964**

Dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias; cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

Leis com aplicação condicionada

**Decreto-Lei nº 7661, de 21 de junho de 1945**  
Lei de falências.

**Lei nº 6024, de 13 de março de 1974**

Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras e dá outras providências.

## Clearing de Câmbio



Support & Legal

### Regulamentação

#### **Conselho Monetário Nacional/Banco Central do Brasil**

#### **Resolução nº 2882, de 30 de agosto de 2001**

Dispõe sobre o Sistema de Pagamentos e as câmaras e os prestadores de serviços de compensação e liquidação que o integram.

#### **Circular nº 3057, de 31 de agosto de 2001**

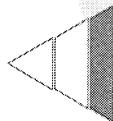
Aprova regulamento que disciplina o funcionamento dos sistemas operados pelas câmaras e pelos prestadores de serviços de compensação e de liquidação que integram o Sistema de Pagamentos.



Supporte Legal

## Clearing de Câmbio

### Bolsa de Mercadorias e Futuros



#### Estatutos Sociais

Autoriza a BM&F a efetuar o registro, a compensação e a liquidação, física e financeira, das operações realizadas em seus pregões e/ou registradas em quaisquer de seus sistemas de negociação, registro, compensação e liquidação (art. 2º, I).

#### Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

de 27 de março de 2001 (AGE)

Autoriza a constituição de patrimônio especial, no valor de até R\$100.000.000,00, para a Clearing de Câmbio, dentre outras providências.

#### Código de Ética dos Participantes dos Mercados da Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F

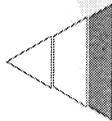
Outubro de 2003



Supporte Legal

## Clearing de Câmbio

### Bolsa de Mercadorias e Futuros



#### Regulamento

Devidamente submetido Banco Central do Brasil e por ele aprovado, disciplina as atividades de registro, compensação e liquidação de operações de compra e venda de moeda estrangeira por intermédio dos sistemas da Clearing de Câmbio.

#### Manual de Operações

Devidamente submetido Banco Central do Brasil e por ele aprovado, relaciona passo a passo todas as etapas operacionais de registro, compensação e liquidação de operações de compra e venda de moeda estrangeira por intermédio dos sistemas da Clearing de Câmbio.

#### Manual de Gerenciamento de Riscos

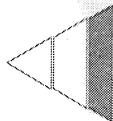
Devidamente submetido Banco Central do Brasil e por ele aprovado, relaciona todas as etapas envolvidas no gerenciamento de risco das operações de compra e venda de moeda estrangeira por intermédio dos sistemas da Clearing de Câmbio.



Support & Legal

## Clearing de Câmbio

### Bolsa de Mercadorias e Futuros



#### Manual de Tecnologia

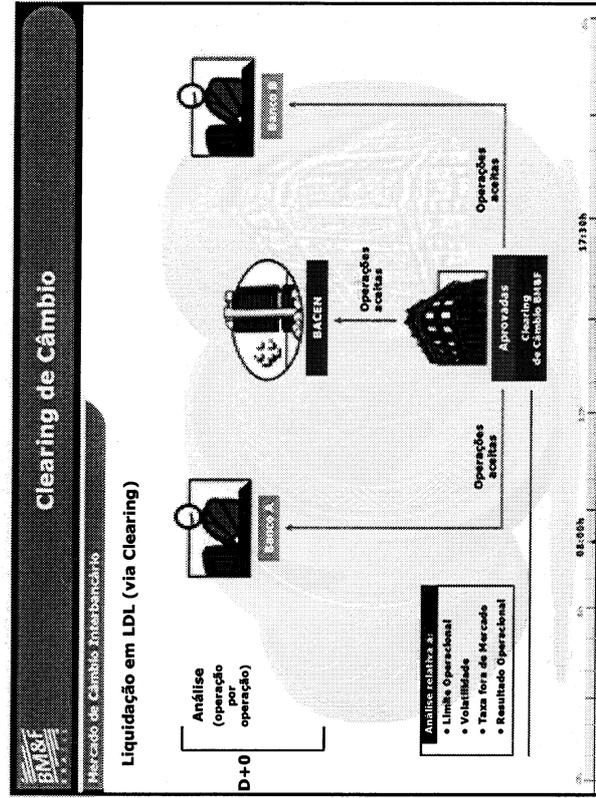
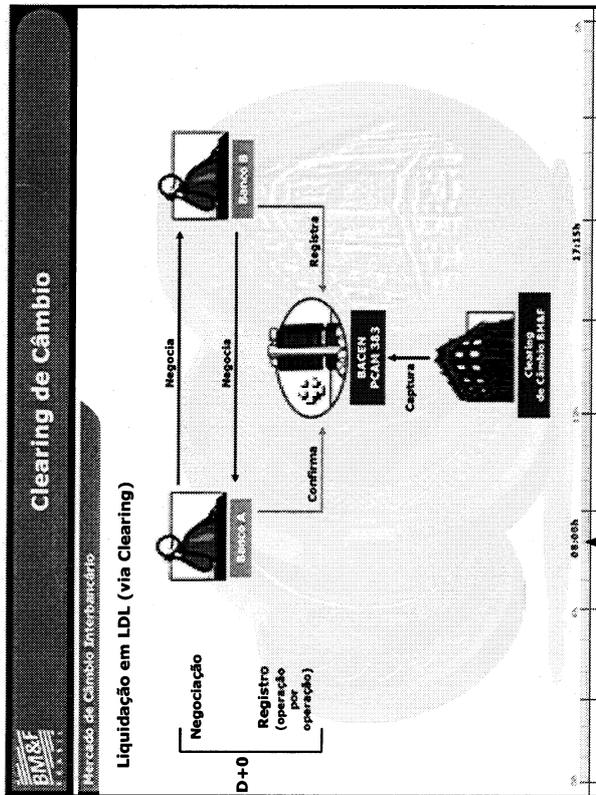
Devidamente submetido Banco Central do Brasil e por ele aprovado, explicita todo o conjunto de hardware e software (inclusive sistemas de contingência) utilizado no processamento do registro, da compensação e da liquidação de operações de compra e venda de moeda estrangeira por intermédio dos sistemas da Clearing de Câmbio.

#### Manual de Contabilidade e Auditoria

Devidamente submetido Banco Central do Brasil e por ele aprovado, mostra os registros contábeis e os procedimentos de auditoria de todas as operações de compra e venda de moeda estrangeira por intermédio dos sistemas da Clearing de Câmbio.

# Clearing de Câmbio

## Operações de Compra e Venda de Câmbio no Mercado Interbancário Brasileiro



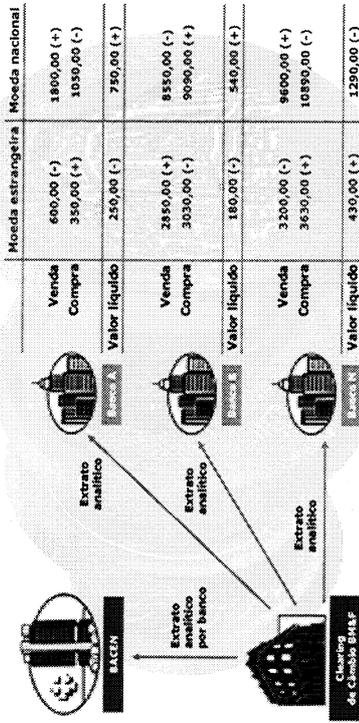
## Clearing de Câmbio



Mercado de Câmbio Interbancário

### Liquidação em LDL (via Clearing)

Apuração dos valores líquidos compensados



## Clearing de Câmbio



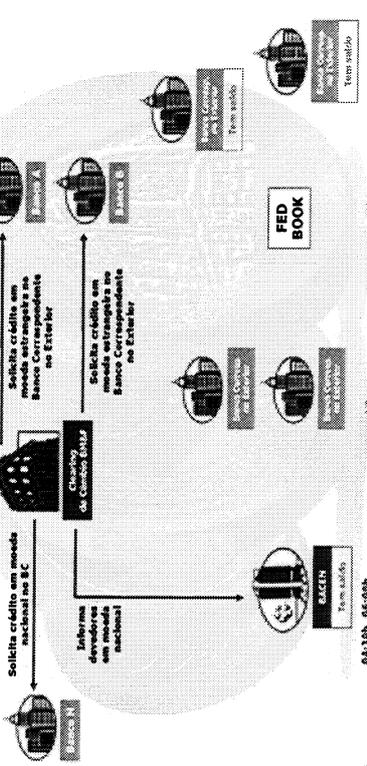
Mercado de Câmbio Interbancário

### Liquidação em LDL (via Clearing)

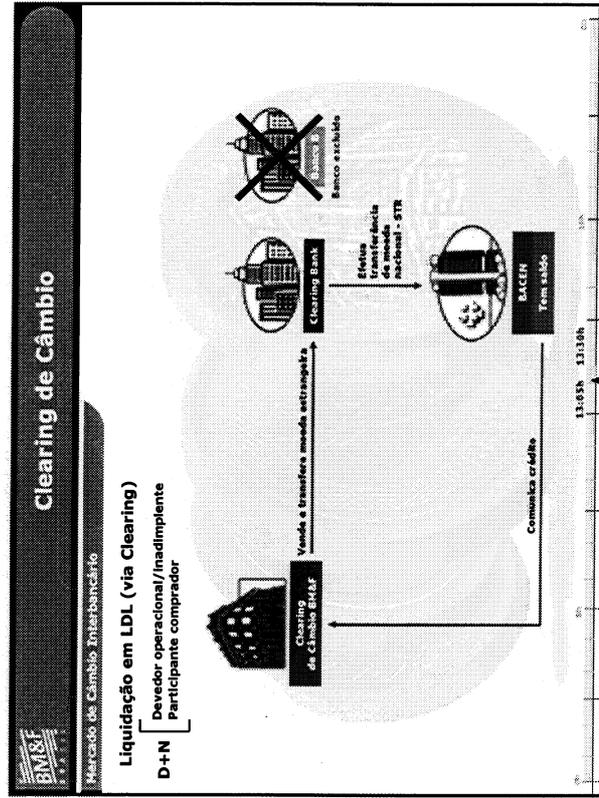
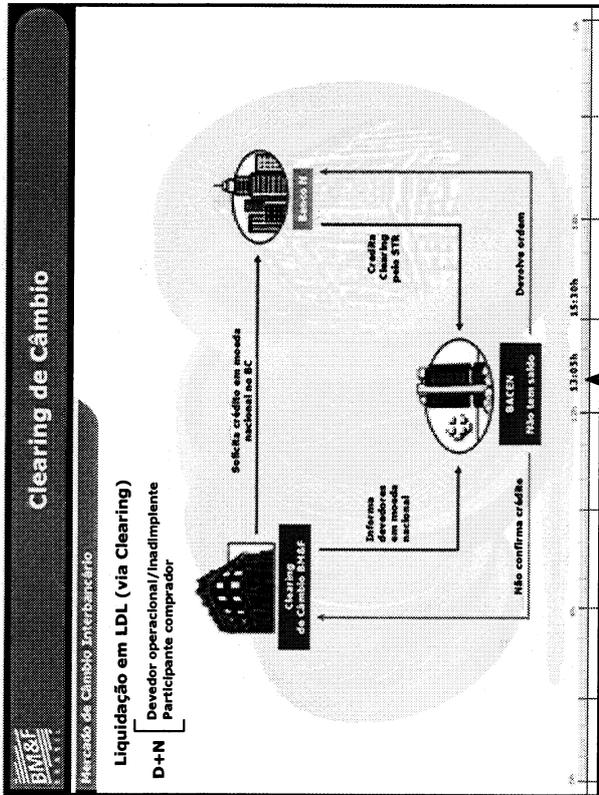
Liquidação Fase 1

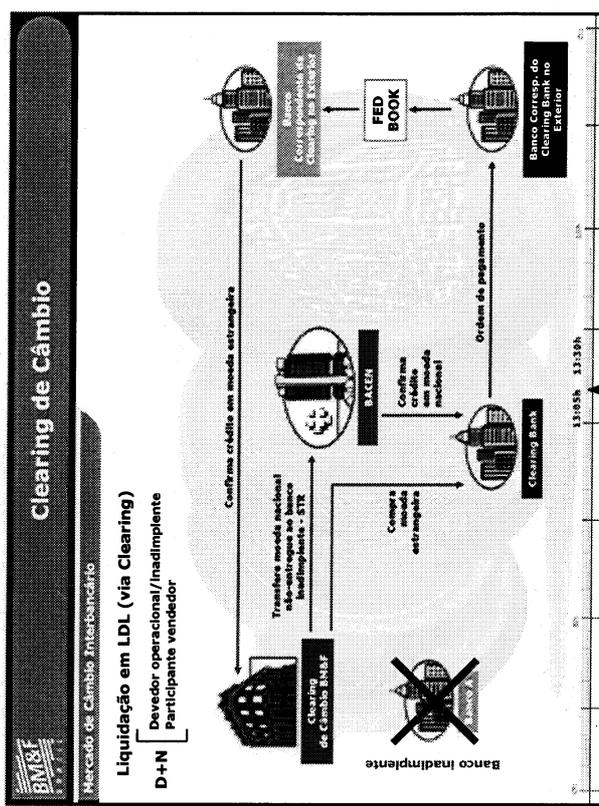
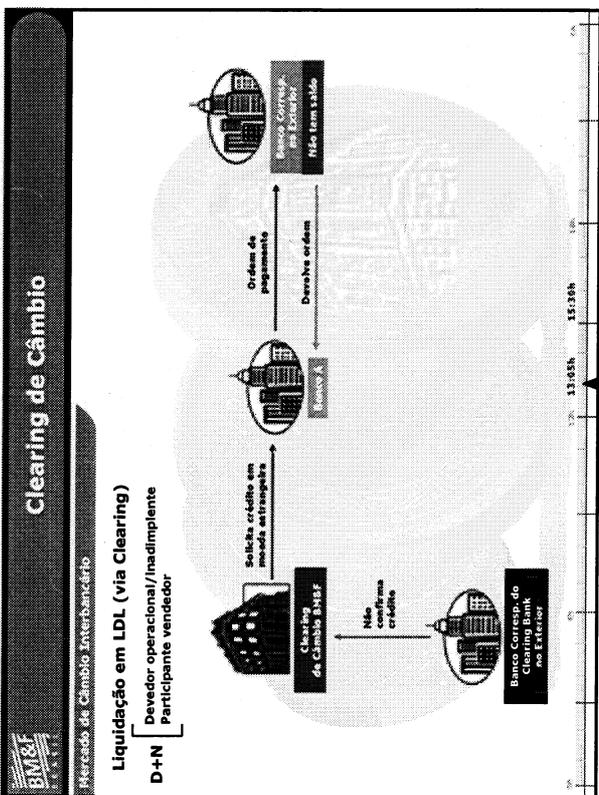
D+N

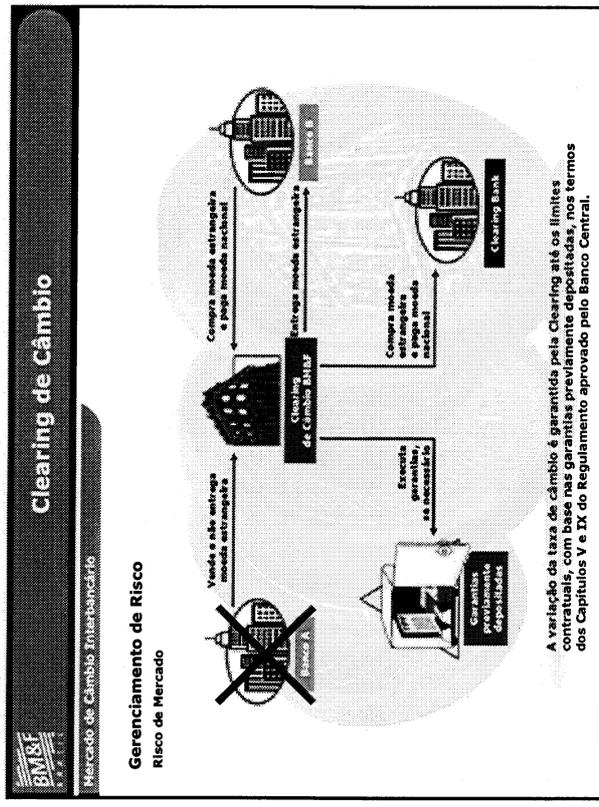
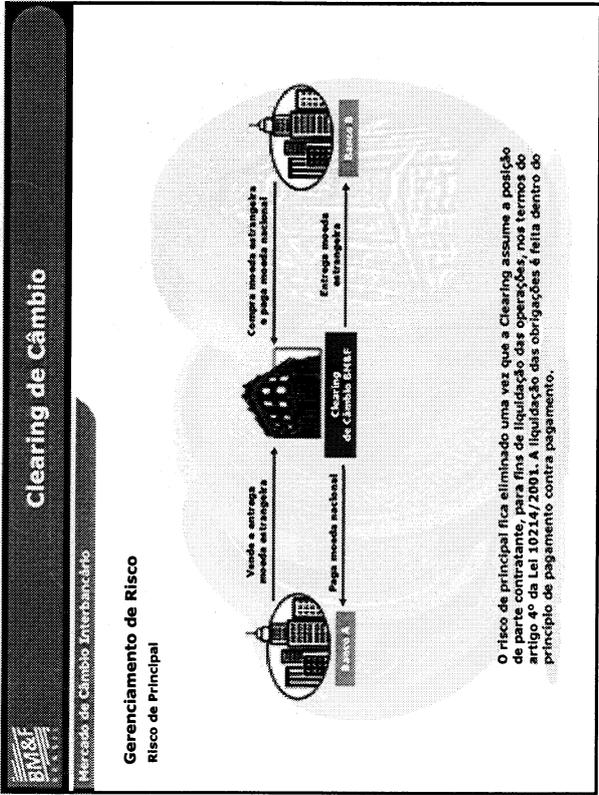
Solicitação de Pagamento de Moeda Nacional e Estrangeira à Clearing

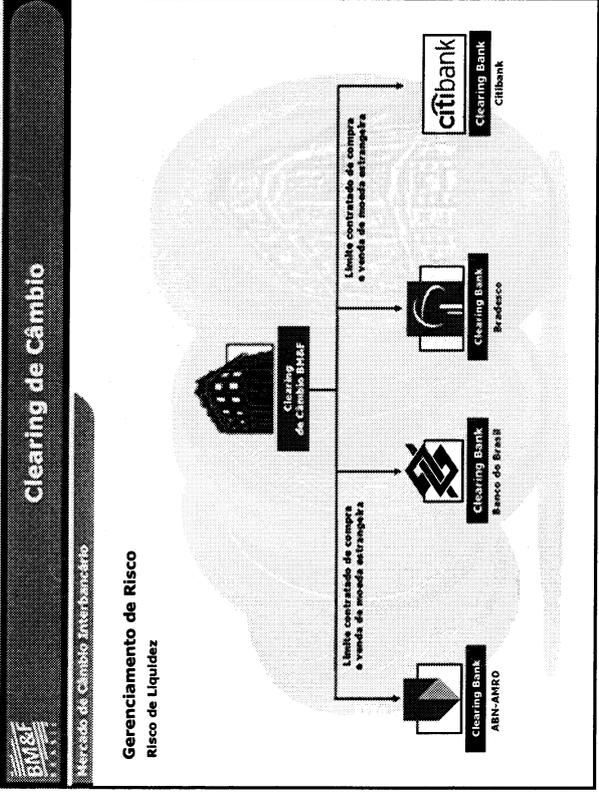
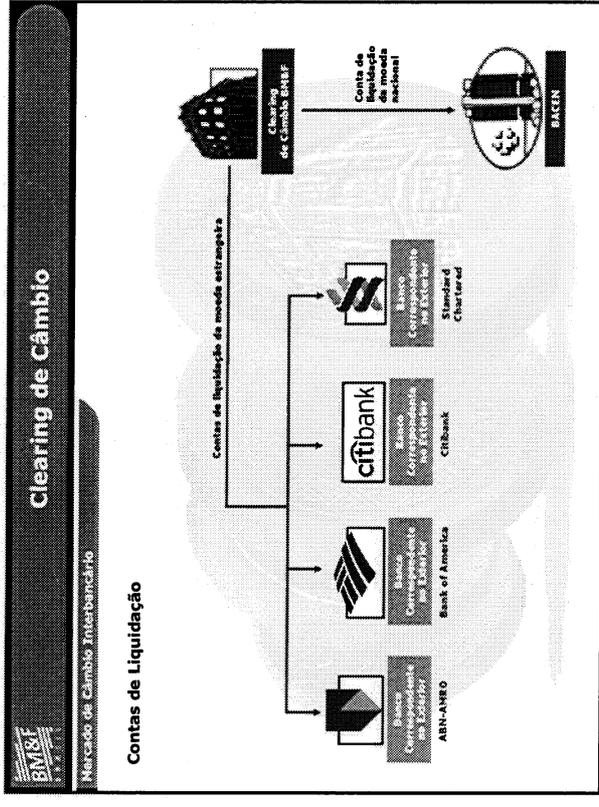










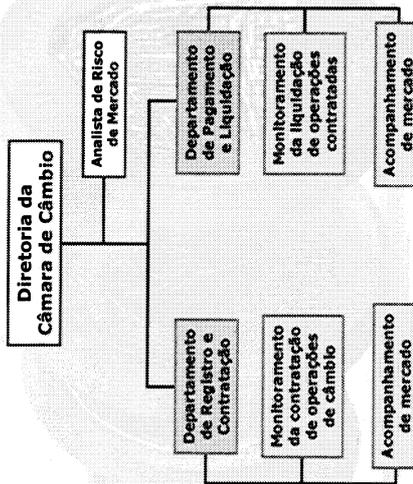


## Clearing de Câmbio



BM&F  
Mercado de Câmbio Interbancário

### Clearing de Câmbio BM&F



## Clearing de Câmbio



BM&F  
Bancos Habilitados

### Bancos Habilitados (30/06/2004)

- |                                     |   |
|-------------------------------------|---|
| 1 - Banco ABC-Brasil S/A            | 19 - Banco Credit Lyonnais Brasil S/A                 |
| 2 - Banco ABN-Amro Real S/A         | 20 - Banco da Amazônia S/A                            |
| 3 - Banco Alfa de Investimento S/A  | 21 - Banco Daycoval S/A                               |
| 4 - Banco Banif Primus S/A          | 22 - Banco de la Provincia de Buenos Aires            |
| 5 - Banco Barclays S/A              | 23 - Banco de Tokyo-Mitsubishi Brasil S/A             |
| 6 - Banco BBM S/A                   | 24 - Banco do Brasil S/A                              |
| 7 - Banco BMC S/A                   | 25 - Banco do Estado de São Paulo S/A (BANESPA)       |
| 8 - Banco BMG S/A                   | 26 - Banco do Estado do Espírito Santo S/A (BANESTES) |
| 9 - Banco BNL do Brasil S/A         | 27 - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A         |
| 10 - Banco BNP Paribas Brasil S/A   | 28 - Banco do Nordeste do Brasil S/A                  |
| 11 - Banco Bradesco S/A             | 29 - Banco Fibra S/A                                  |
| 12 - Banco Brascan S/A              | 30 - Banco da Indústria e Comércio S/A                |
| 13 - Banco BVA S/A                  | 31 - Banco Industrial do Brasil S/A                   |
| 14 - Banco Cacique S/A              | 32 - Banco Industrial S/A                             |
| 15 - Banco Cargill S/A              | 33 - Banco Investimentos CSFB S/A                     |
| 16 - Banco Citibank S/A             | 34 - Banco Itaú S/A                                   |
| 17 - Banco Comercial do Uruguai S/A | 35 - Banco Itaú-BBA S/A                               |
| 18 - Banco Cooperativo Sicredi S/A  | 36 - Banco J.P.Morgan S/A                             |



Bancos Habilitados

### Clearing de Câmbio

#### Bancos Habilitados (30/06/2004)

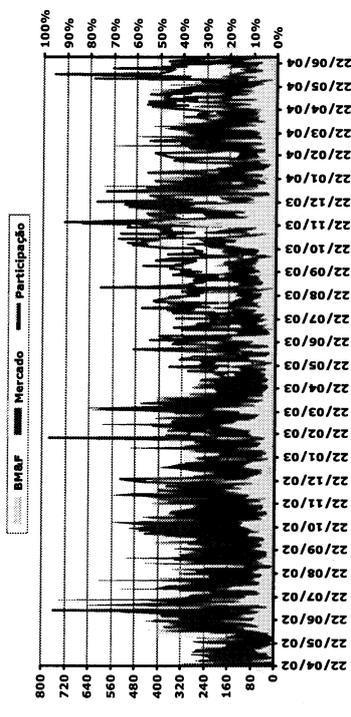
- 37 - Banco Mercantil do Brasil S/A
- 38 - Banco Morgan Stanley Dean Witter S.A.
- 39 - Banco Nossa Caixa S/A
- 40 - Banco Pactual S/A
- 41 - Banco Paulista S/A
- 42 - Banco Pine S/A
- 43 - Banco Prosper S/A
- 44 - Banco Rabobank International Brasil S/A
- 45 - Banco Rendimento S/A
- 46 - Banco Rural S/A
- 47 - Banco Safra S/A
- 48 - Banco Santander Brasil S/A
- 49 - Banco Santos S/A
- 50 - Banco Societe Generale Brasil S/A
- 51 - Banco Sofisa S/A
- 52 - Banco Standard de Investimento S/A
- 53 - Banco Sudameris Brasil S/A
- 54 - Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S/A
- 55 - Banco UBS S/A
- 56 - Banco Votorantim S/A
- 57 - Banco VR S/A
- 58 - Banco WestLB do Brasil S.A.
- 59 - BankBoston Banco Múltiplo S/A
- 60 - BankBoston N.A.
- 61 - BES Investimento do Brasil S.A.
- 62 - BRB - Banco de Brasília S/A
- 63 - Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão
- 64 - Dresdner Bank Latinamerica A.G.
- 65 - HSBC Bank Brasil S/A
- 66 - ING Bank N.Y.
- 67 - União de Bancos Brasileiros S/A (Unibanco)

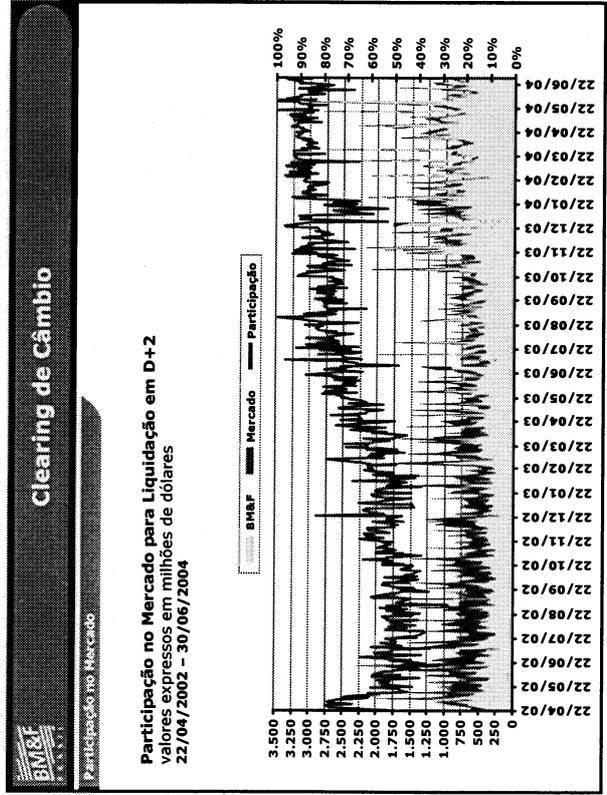
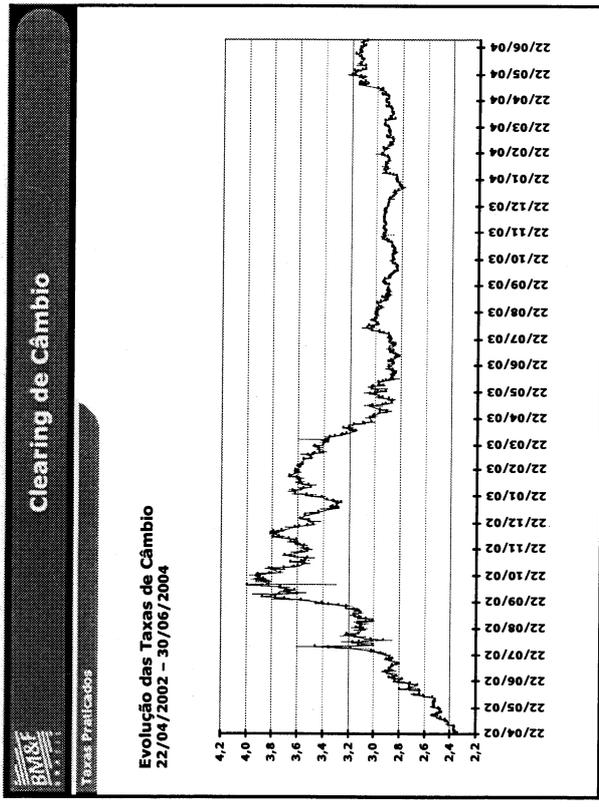


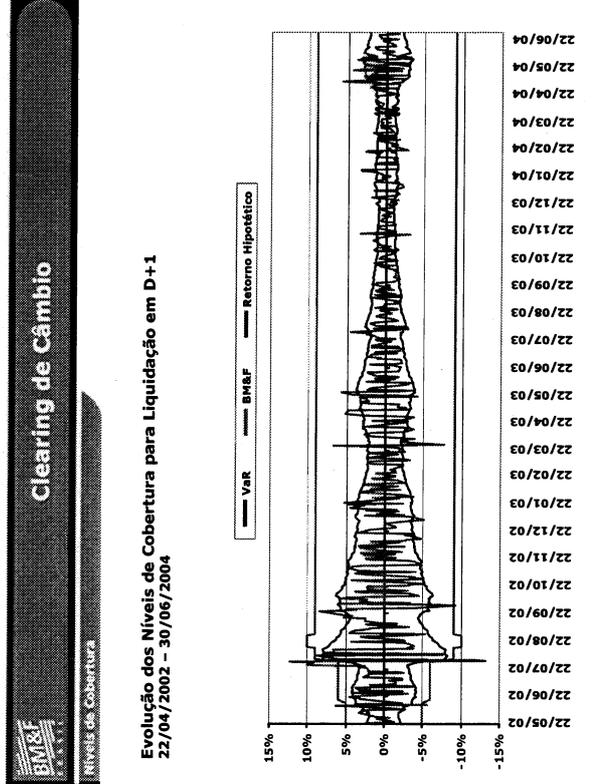
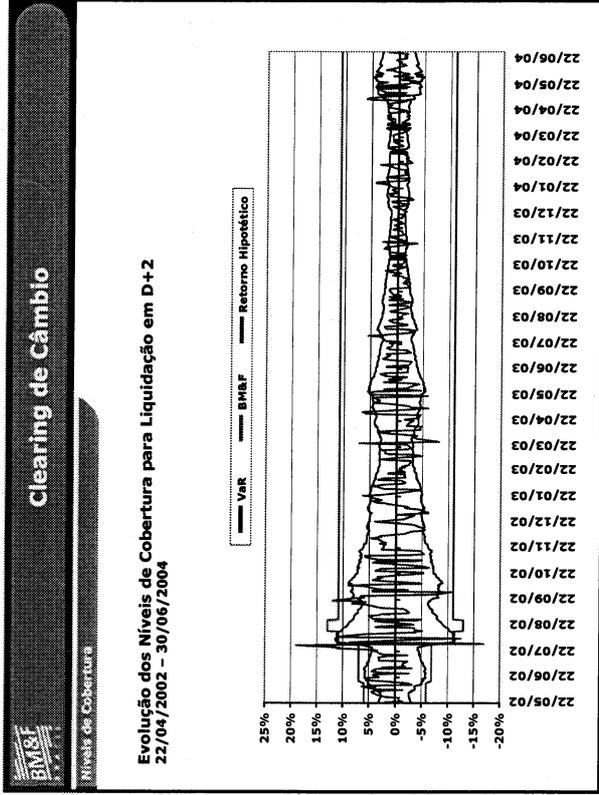
Participação no Mercado

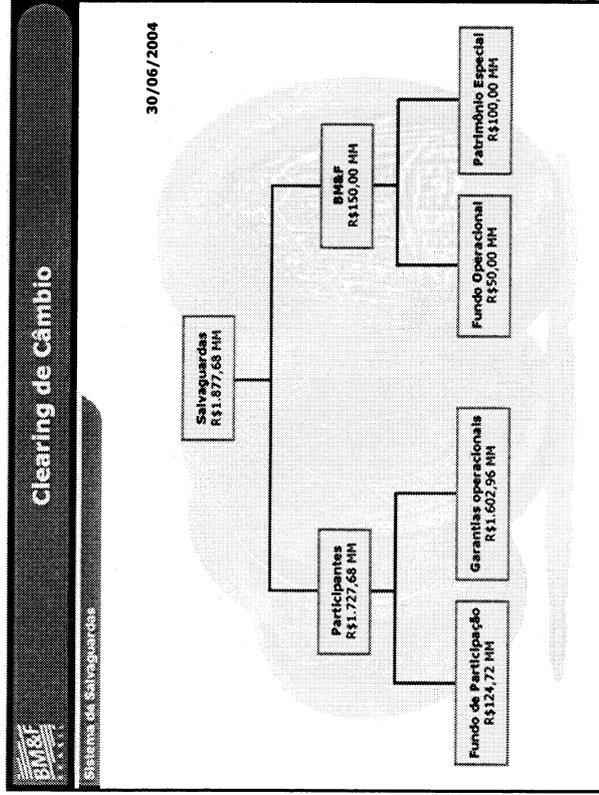
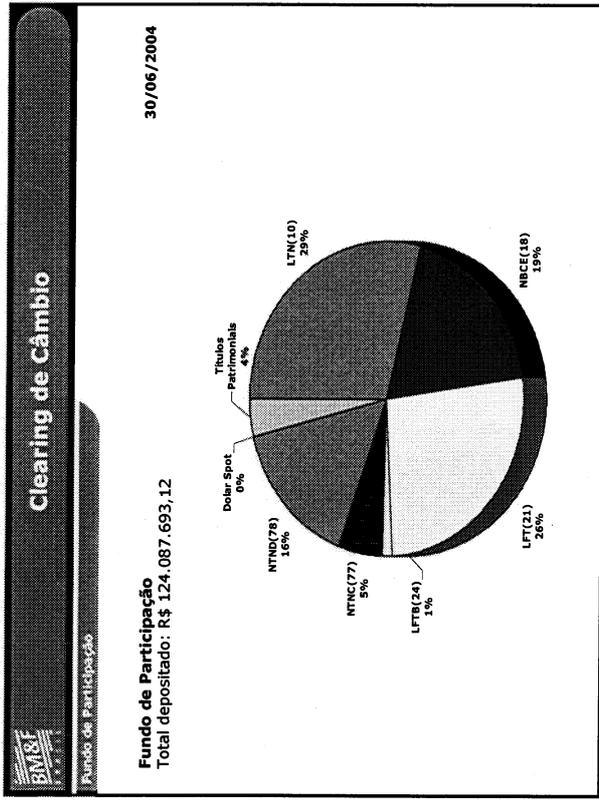
### Clearing de Câmbio

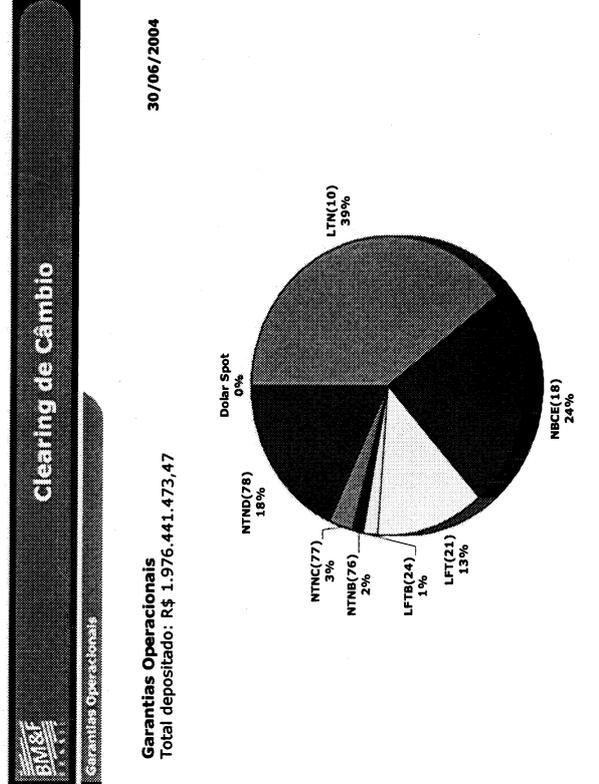
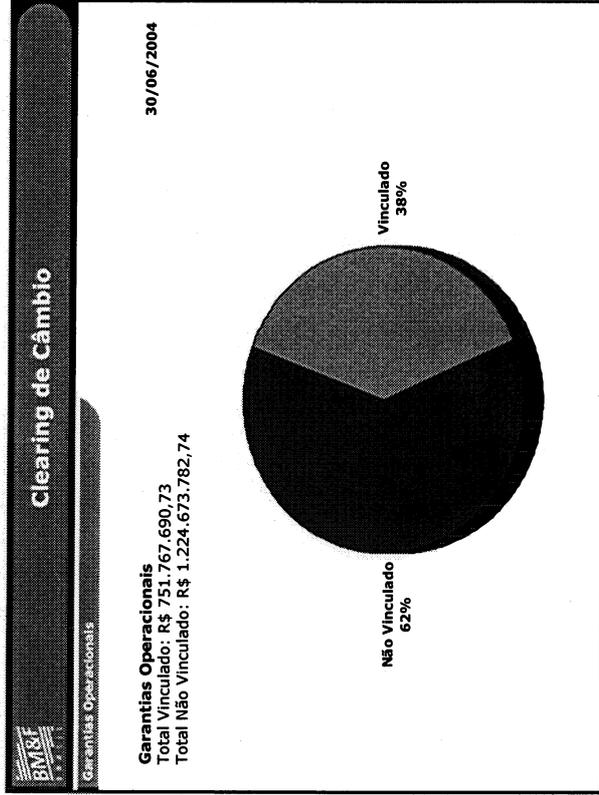
#### Participação no Mercado para Liquidação em D+1 valores expressos em milhões de dólares 22/04/2002 - 30/06/2004









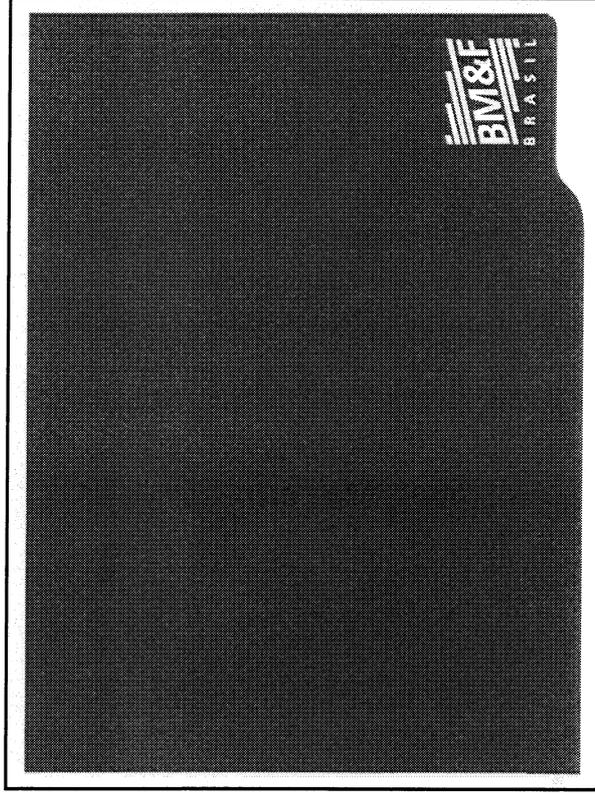


22/04/2002 - 30/06/2004

**Clearing de Câmbio**

BM&F BRASIL  
Volumen Liquidados

Número de Operações Contratadas	206.474
Volume Bruto Contratado US\$	788.915.640.456,46
Volume Bruto Contratado R\$	2.398.415.465.463,24
Volume Liquidado por Movimentação Financeira US\$	119.975.484.371,78
Volume Liquidado por Movimentação Financeira R\$	365.751.415.963,62
Volume Liquidado por Compensação US\$	668.940.156.084,68
Volume Liquidado por Compensação R\$	2.032.664.049.499,62
Redução da necessidade de recursos (%)	84,79%





 **CICOM – Câmara Interamericana de Compensações**

**1) Aspectos Jurídicos**

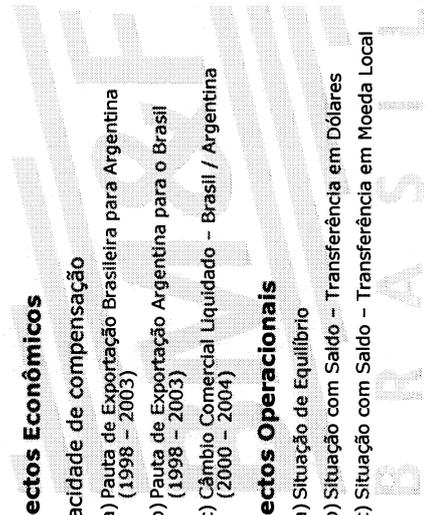
**2) Aspectos Econômicos**

Capacidade de compensação

- a) Pauta de Exportação Brasileira para Argentina (1998 – 2003)
- b) Pauta de Exportação Argentina para o Brasil (1998 – 2003)
- c) Câmbio Comercial Liquidado – Brasil / Argentina (2000 – 2004)

**3) Aspectos Operacionais**

- a) Situação de Equilíbrio
- b) Situação com Saldo – Transferência em Dólares
- c) Situação com Saldo – Transferência em Moeda Local



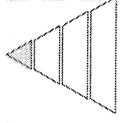
**CICOM – Câmara Interamericana de Compensações**

Apresentação para ALADI - Montevideu 12/08/2004



**CICOM – Câmara Interamericana de Compensações**

Aspetos Jurídicos

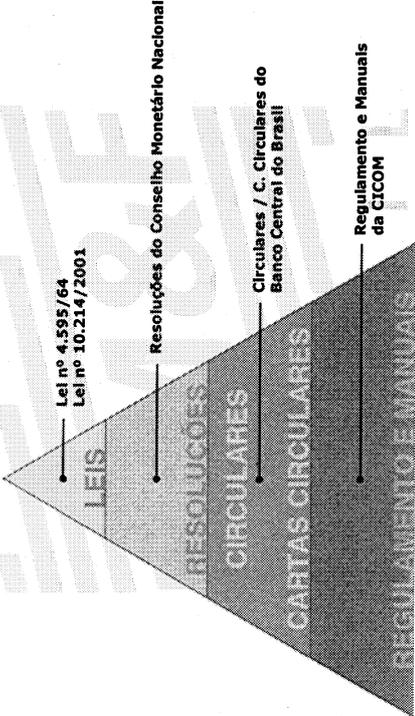


**Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964**  
Dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional, e dá outras providências.

**Lei 10.214, de 27 de março de 2001**  
Dispõe sobre a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação no âmbito do sistema de pagamentos brasileiro, e da outras providências.

**CICOM – Câmara Interamericana de Compensações**

Aspetos Jurídicos



Lei nº 4.595/64  
Lei nº 10.214/2001

Resoluções do Conselho Monetário Nacional

Circulares / C. Circulares do Banco Central do Brasil

Regulamento e Manuais da CICOM

LEIS

RESOLUÇÕES

CIRCULARES

CARTAS CIRCULARES

REGULAMENTO E MANUAIS

### Resoluções do Conselho Monetário Nacional

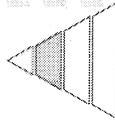
#### Lei nº 4.595 / 64

Art. 4º - Compete privativamente ao Conselho Monetário Nacional:

V - Fixar as diretrizes e normas da política cambial inclusive compra e venda de ouro e quaisquer operações em moeda estrangeira.

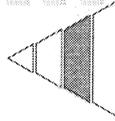
#### Lei nº 10.214 / 01

Art. 10º - O Conselho Monetário Nacional, o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas esferas de competências, baixarão as normas e instruções necessárias ao cumprimento desta lei.



### Circulares / Cartas Circulares

O Banco Central do Brasil com base nas leis 4.595/64 e 10.214/01 e, ainda, nas resoluções do Conselho Monetário Nacional poderia definir todos os procedimentos operacionais e de controle cambial.



**CICOM – Câmara Interamericana de Compensações**

Aspectos Jurídicos

**Regulamento e Manuais da CICOM**

A BM&F prepararia o Regulamento e os Manuais da CICOM e os submeteria a aprovação do Banco Central do Brasil.

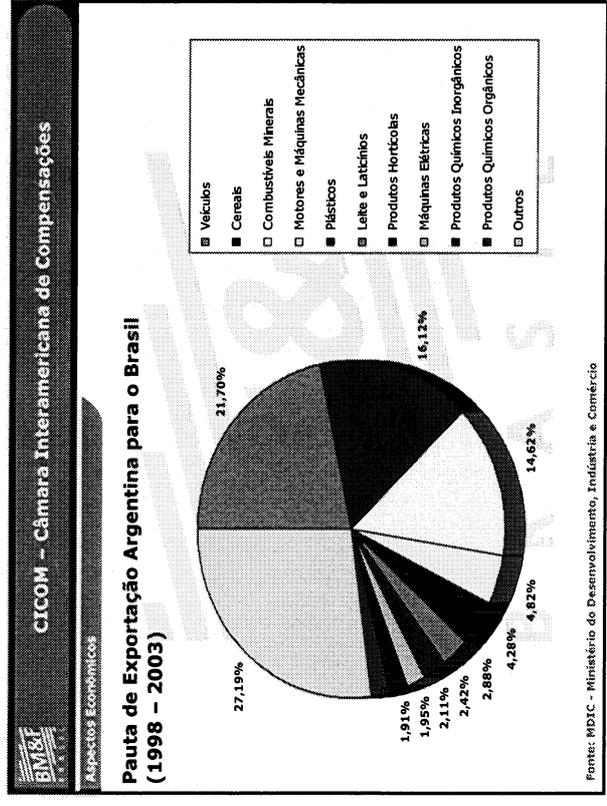
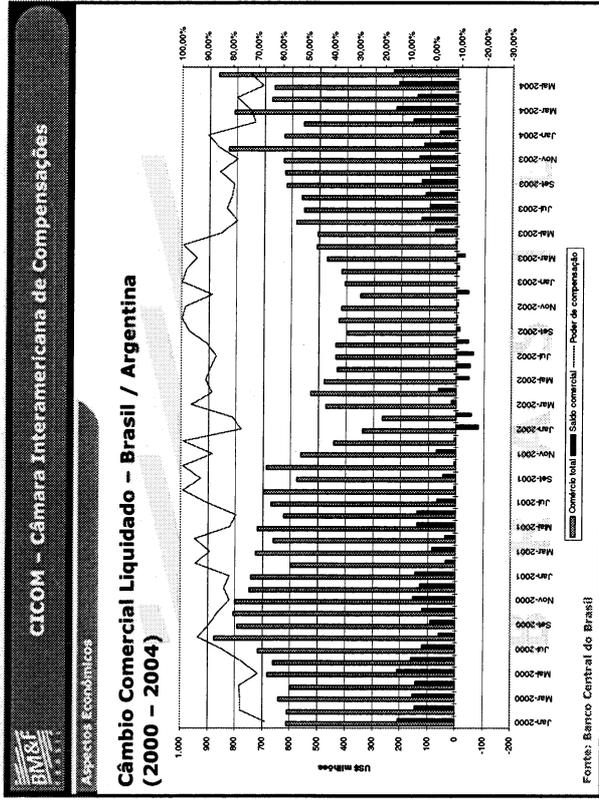
**CICOM – Câmara Interamericana de Compensações**

Aspectos Econômicos

**Pauta de Exportação Brasileira para Argentina (1998 – 2003)**

Produto	Porcentagem
Veículos	33,18%
Motores e Máquinas Mecânicas	21,49%
Máquinas Elétricas	12,91%
Plásticos	7,67%
Papel e Celulose	5,46%
Produtos Químicos Orgânicos	4,51%
Ferro Fundido e Aço	3,92%
Minérios não-combustíveis	3,56%
Borracha	2,57%
Produtos Químicos Inorgânicos	2,21%
Outros	2,52%

Fonte: MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio



**BIM&F**  
1993-2011

**CICOM – Câmara Interamericana de Compensações**

Aspectos Operacionais

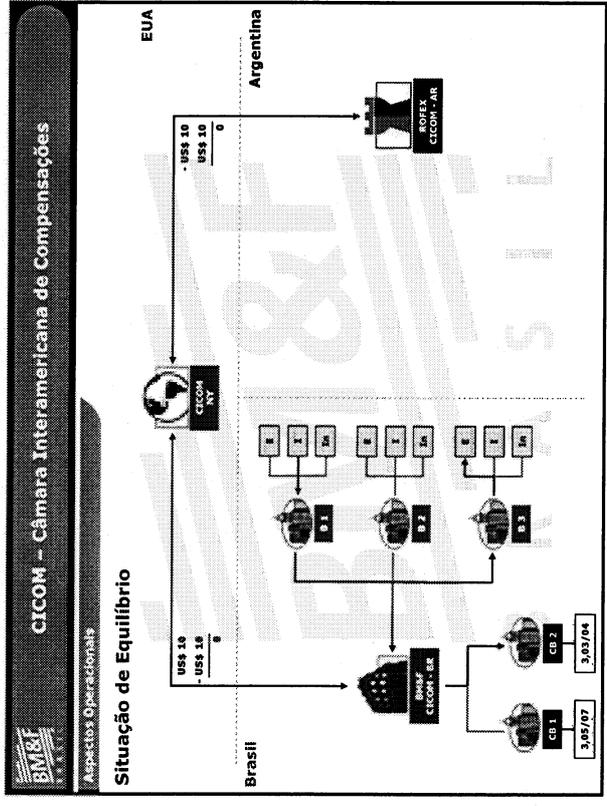
**Situação de Equilíbrio – Contratações e Registros**

**Importações / Remessas**

- Importador compra US\$ 10 milhões do B1
- B1 / CICOM
  - B1 tem US\$ 10 milhões em posição própria e transfere para CICOM-BR
  - B1 compra US\$ 10 milhões da CICOM-BR. CICOM-BR compra US\$ 10 milhões do CB2
  - B1 tem posição comprada na Clearing de Câmbio e transfere para CICOM-BR
- CICOM-BR registra operação na CICOM-NY

**Exportações / Ingressos**

- CICOM-NY registra operação na CICOM-BR
- CICOM-BR informa B3 que informa para Exportador / Investidor
- Exportador / Investidor opta pelo recebimento dos US\$ 10 milhões
- Exportador / Investidor vende US\$ 10 milhões para B3
- B3 / CICOM
  - B3 opta pelo recebimento dos US\$10 milhões
  - B3 vende US\$ 10 milhões para CICOM-BR. CICOM-BR vende US\$ 10 milhões para CB2
  - B3 autoriza CICOM-BR a transferir para Clearing de Câmbio





Situação de Equilíbrio – Compensação / Liquidação

CICOM – NY

CICOM - BR

Deve - US\$ 10 milhões  
Credor US\$ 10 milhões  
Saldo US\$ 0 milhões

CICOM - BR

Deve para Exportador US\$ 10 milhões  
Recebe de Importador - US\$ 10 milhões  
Saldo US\$ 0 milhões



Situação de Equilíbrio - Resumo

- Movimentação de divisas sem Câmara

Argentina para Brasil	US\$ 10 milhões
Brasil para Argentina	US\$ 10 milhões
<b>DIVISAS MOVIMENTADAS</b>	<b>US\$ 20 milhões</b>

- Movimentação de divisas com Câmara

Argentina para Brasil	0
Brasil para Argentina	0
<b>DIVISAS MOVIMENTADAS</b>	<b>0</b>

**BIM&F**  
CICOM - Câmara Interamericana de Compensações

Aspectos Operacionais

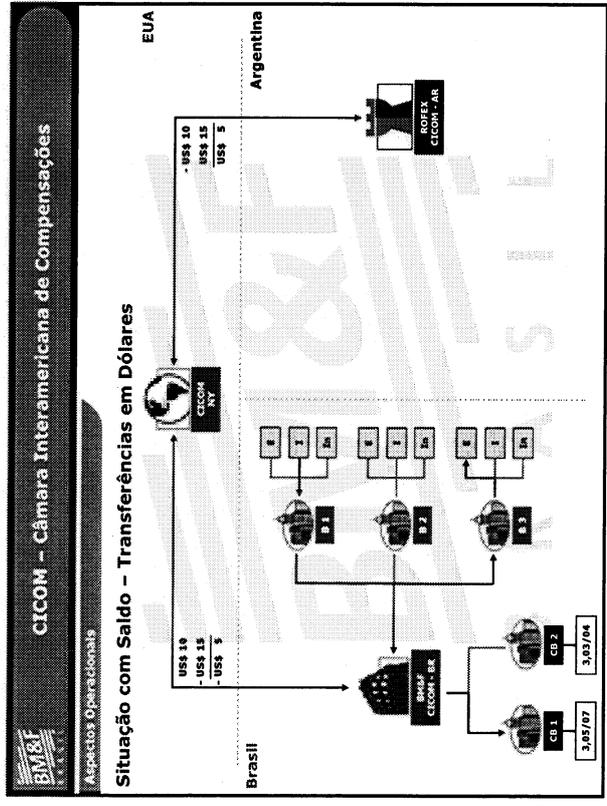
**Situação com Saldo - Transferência em Dólares - Contratações e Registros**

**Importações / Remessas**

- Importador compra US\$ 15 milhões do B1
- B1 / CICOM
  - B1 tem US\$ 15 milhões em posição própria e transfere para CICOM-BR
  - B1 compra US\$ 15 milhões da CICOM-BR. CICOM-BR compra US\$ 15 milhões do CB1
  - B1 tem posição comprada na Clearing de Câmbio e transfere para CICOM-BR
- CICOM-BR registra operação na CICOM-NY

**Exportações / Ingressos**

- CICOM-NY registra operação na CICOM-BR
- CICOM-BR informa B3 que informa para Exportador / Investidor
- Exportador / Investidor opta pelo recebimento dos US\$ 10 milhões
- Exportador / Investidor vende US\$ 10 milhões para B3
- B3 / CICOM
  - B3 opta pelo recebimento dos US\$ 10 milhões
  - B3 vende US\$ 10 milhões para CICOM-BR. CICOM-BR vende US\$ 10 milhões para CB1
  - B3 autoriza CICOM-BR a transferir para Clearing de Câmbio





Situação com Saldo – Transferência em Dólares – Compensação / Liquidação

CICOM – NY

CICOM - BR

Deve - US\$ 15 milhões  
 Credor US\$ 10 milhões  
 Saldo - US\$ 5 milhões

CICOM - BR

Deve para Exportador US\$ 10 milhões  
 Recebe de Importador - US\$ 15 milhões  
 Saldo - US\$ 5 milhões

B R A S I L



Situação com Saldo – Transferência em Dólares - Resumo

- Movimentação de divisas sem Câmara

Argentina para Brasil	US\$ 10 milhões
Brasil para Argentina	US\$ 15 milhões
<b>DIVISAS MOVIMENTADAS</b>	<b>US\$ 25 milhões</b>

- Movimentação de divisas com Câmara

Argentina para Brasil	0
Brasil para Argentina	US\$ 5 milhões
<b>DIVISAS MOVIMENTADAS</b>	<b>US\$ 5 milhões</b>

B R A S I L

**BIM&F**  
Aspectos Operacionais

**CICOM – Câmara Interamericana de Compensações**

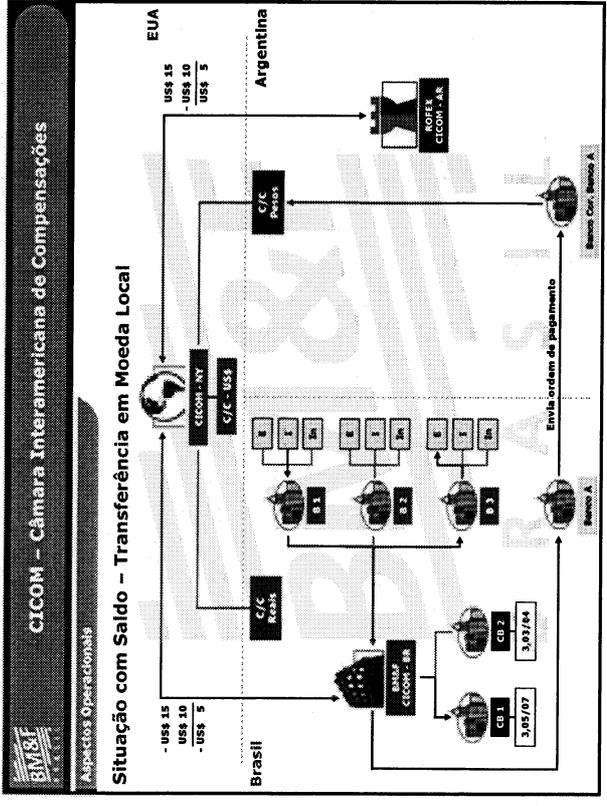
**Situação com Saldo – Transferência em M. Local – Contratações e Registros**

**Importações / Remessas**

- Importador compra US\$ 15 milhões do B1
- B1 / CICOM
  - B1 tem US\$ 15 milhões em posição própria e transfere para CICOM-BR
  - B1 compra US\$ 15 milhões da CICOM-BR. CICOM-BR compra US\$ 15 milhões do CB1
  - B1 tem posição comprada na Clearing de Câmbio e Transfere para CICOM-BR
- CICOM-BR registra operação na CICOM-NY

**Exportações / Ingressos**

- CICOM-NY registra operação na CICOM-BR
- CICOM-BR informa B3 que informa para Exportador / Investidor
- Exportador / Investidor opta pelo recebimento dos US\$ 10 milhões
- Exportador / Investidor vende US\$ 10 milhões para B3
- B3 / CICOM
  - B3 opta pelo recebimento dos US\$10 milhões
  - B3 vende US\$ 10 milhões para CICOM-BR. CICOM-BR vende US\$ 10 milhões para CB1
  - B3 autoriza CICOM-BR a transferir para Clearing de Câmbio



**BM&F BRASIL**

**CICOM – Câmara Interamericana de Compensações**

Aspectos Operacionais

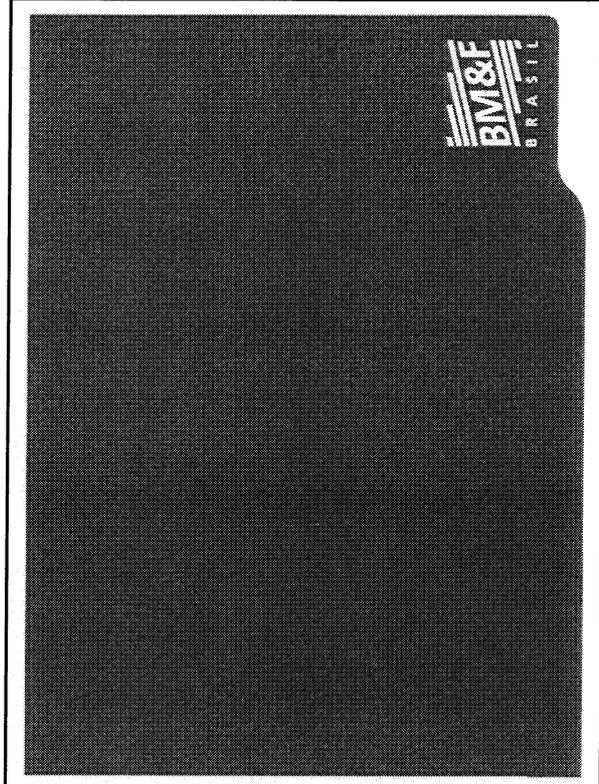
**Situação com Saldo – Transferência em M. Local – Compensação / Liquidação**

<b>CICOM – NY</b>	
CICOM - BR	
Deve	- US\$ 15 milhões
Credor	US\$ 10 milhões
Saldo	- US\$ 5 milhões

<b>CICOM – BR</b>	
Deve para Exportador	- US\$ 10 milhões
Recabe de Importador	US\$ 15 milhões
Saldo	US\$ 5 milhões

Compra pesos do CB  
 Transfere pesos para conta da CICOM – NY na Argentina





# Cámara Interamericana de Compensación

ALADI - 12 de Agosto 2004

0800-888-ROFEX • [info@rofex.com.ar](mailto:info@rofex.com.ar) • [www.rofex.com.ar](http://www.rofex.com.ar)

## Agenda

- **Introducción**
  - ROFEX y ArgentinaClearing
  - Mercados y entidades de compensación en Argentina
- **CICOM Argentina**
  - Marco jurídico
  - Capacidad de compensación
  - Aspectos operacionales
- **CICOM NY**
  - Crecimiento horizontal: incorporación países
  - Crecimiento vertical: futuros de soja sudamericana
- **Resumen**

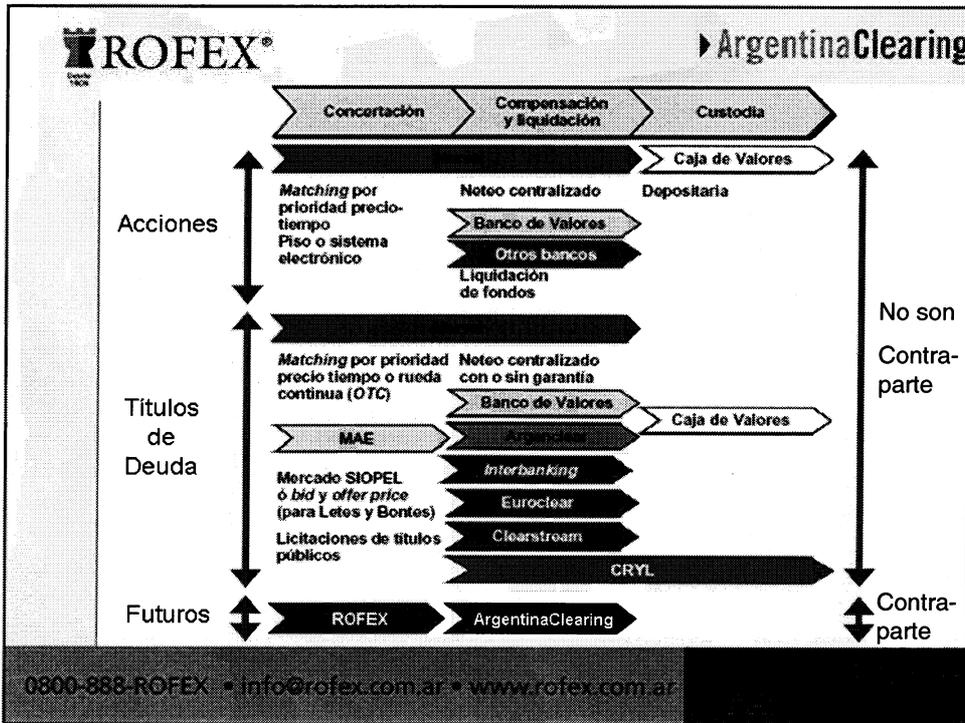
0800-888-ROFEX • [info@rofex.com.ar](mailto:info@rofex.com.ar) • [www.rofex.com.ar](http://www.rofex.com.ar)

## ROFEX y ArgentinaClearing

- **ROFEX:**
  - Mercado a Término de Rosario S.A., fundado en 1909. Negocia futuros y opciones agropecuarios y financieros.
  - Autorizado y sujeto a la supervisión de la Comisión Nacional de Valores.
- **ArgentinaClearing:**
  - Argentina Clearing House S.A., fundada en 1999 como escisión de ROFEX. Registra, compensa y liquida contratos de futuros y opciones.
  - Autorizada y sujeta a la supervisión de la Comisión Nacional de Valores.
- **Relación con CICOM:**
  - ROFEX y BMF tienen participaciones recíprocas en sus entidades, y se encuentran colaborando en la generación de varios proyectos. Entre ellos, BMF invitó a ROFEX a participar de CICOM.

## Mercados y entidades de compensación

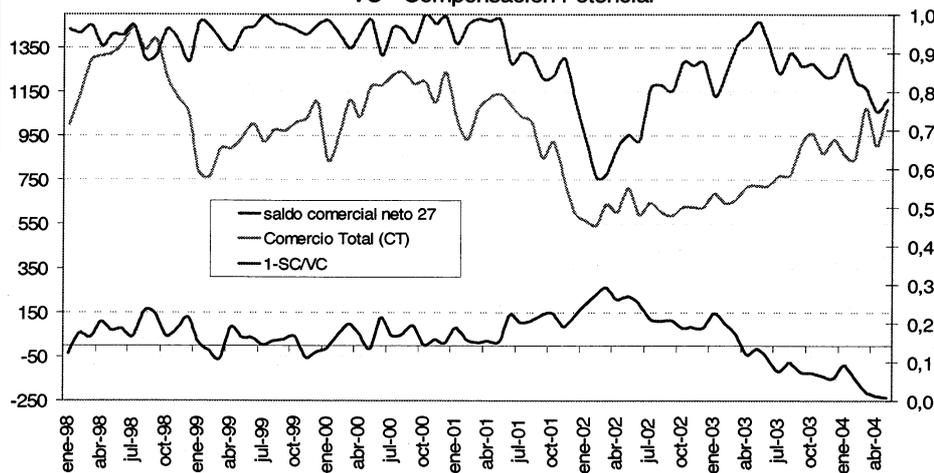
- **Argentina se caracteriza por un intrincado escenario:**
  - Mercados de Valores: Merval, MAE, Mercados del interior.
  - Mercados de futuros: ROFEX, MATBA.
  - Compensación y liquidación: Merval, Argenclear, ArgentinaClearing, Interbanking.
  - Custodia de títulos: Caja de Valores, CRYL.



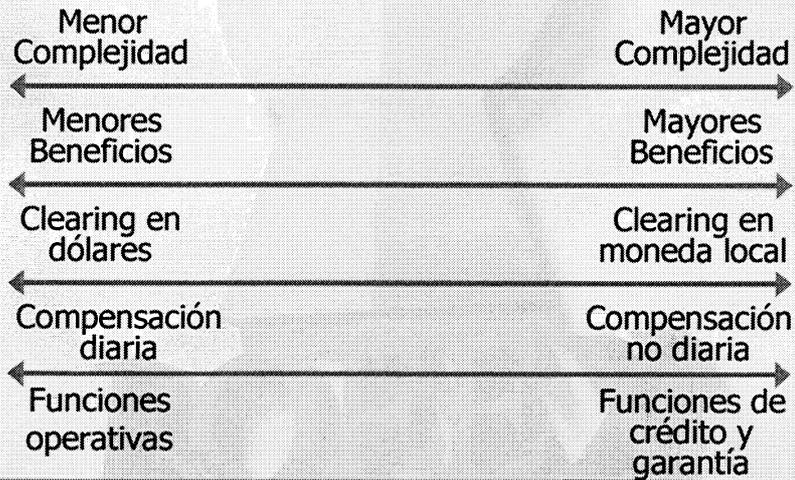
## Capacidad de Compensación

- Entre el 1/4/91 y 3/12/01 no hubo control de cambios en Argentina
- Hoy los exportadores están obligados a liquidar el 100% de las divisas excepto (cap. 27 NCM):
  - Hidrocarburos
  - Minerales
- Para determinar la compensación potencial, se ha neteado del saldo comercial la porción de exportaciones que no tiene obligación de liquidarse

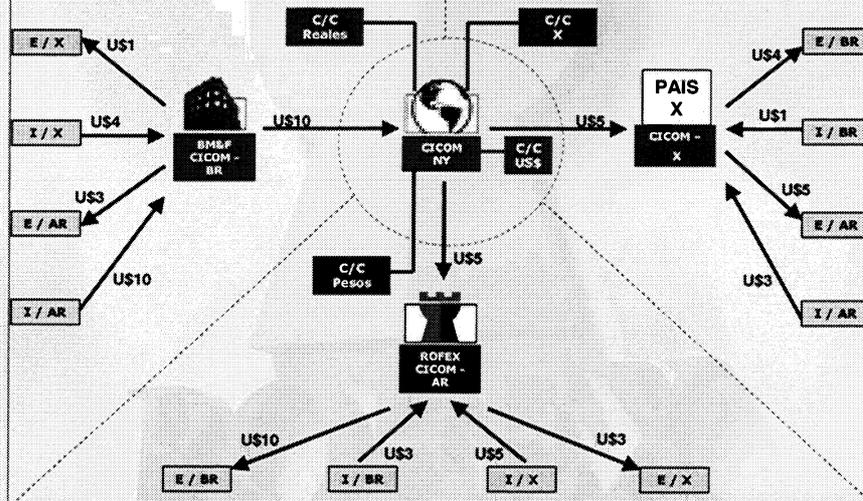
Evolución del Volumen de Comercio, el Saldo Comercial y la relación SC a VC - "Compensación Potencial"

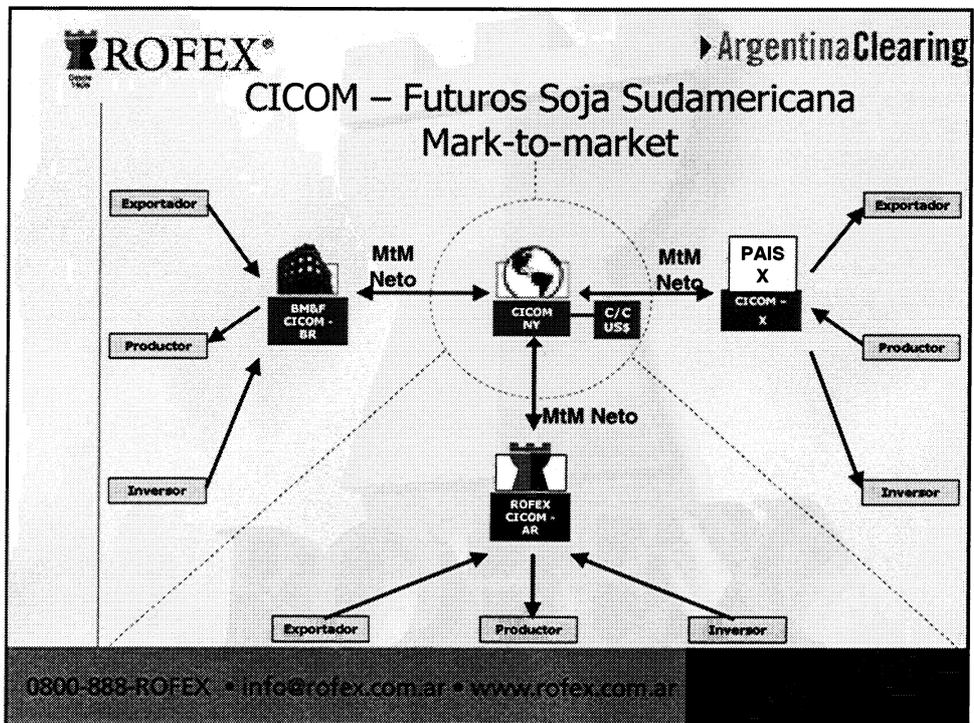
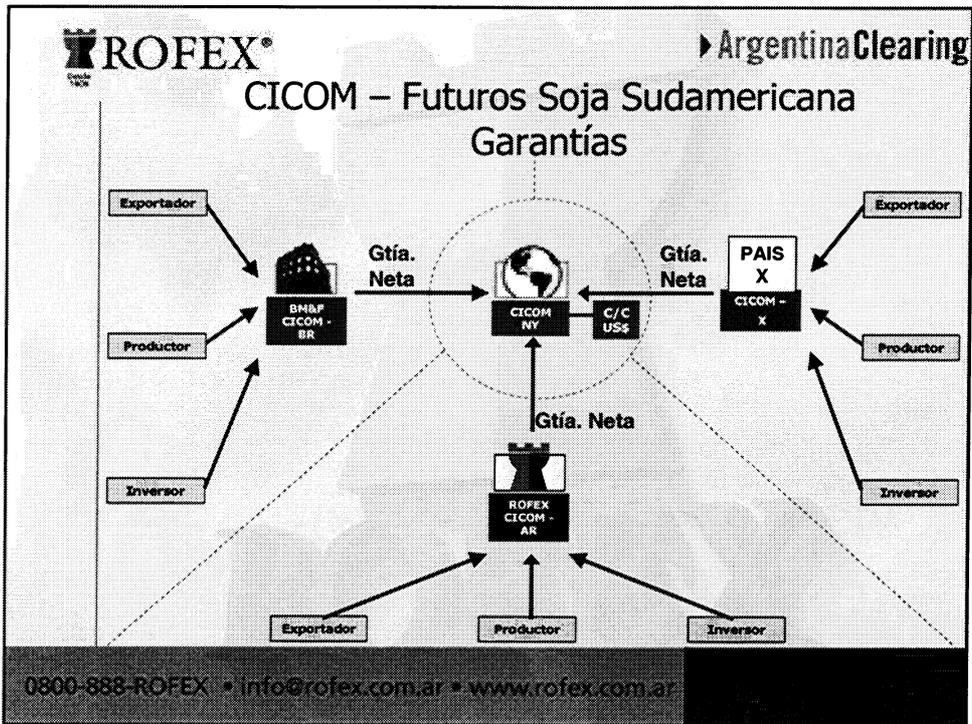


### Aspectos Operacionales



### CICOM – incorporación de países





## Resumen

- El marco regulatorio para la puesta en marcha de CICOM en Argentina es exclusivo del BCRA
- El producto inicial de la CCR podría ser CICOM, por el alto potencial de compensación entre Brasil y Argentina.
- Es importante generar un esquema que permita la fácil incorporación de nuevos países y productos.
- Los principales aspectos operativos aún deben definirse.
- El sistema de contraparte central donde la cámara compensadora se convierte en contraparte de las operaciones, siguiendo la experiencia de BMF en cambio y títulos, creemos que es el camino a seguir.